



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

GILVIA VITÓRIA LIMA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO NAS DÉCADAS DE 1940-
1980**

RECIFE
2024

GILVIA VITÓRIA LIMA SILVA

**SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO NAS DÉCADAS DE 1940-
1980**

TCC apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco, Centro
de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito
para a obtenção do título de bacharel em
Serviço Social

Orientador (a): Adilson Aquino Silveira Júnior

Recife
2024

FICHA ELETRÔNICA

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Gilvia Vitória Lima .

Serviço Social na Educação em Pernambuco nas décadas de 1940-1980 /
Gilvia Vitória Lima Silva. - Recife, 2024.
68, tab.

Orientador(a): Adilson Aquino Silveira Júnior

Coorientador(a): Giovanni Simon Machado

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social -
Bacharelado, 2024.

Inclui apêndices.

1. Serviço social . 2. Educação . 3. Pernambuco . I. Júnior , Adilson Aquino
Silveira . (Orientação). II. Machado, Giovanni Simon . (Coorientação). IV. Título.

010 CDD (22.ed.)

GILVIA VITÓRIA LIMA SILVA

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO NAS DÉCADAS DE 1940-1980

TCC apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 18/10/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. O Dr. Adilson Aquino Silveira Júnior (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. O Dr. Antônio Israel Carlos da Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Aqueles que semeiam com lágrimas, com cantos de alegria colherão. Aquele que sai chorando enquanto lança a semente, voltará com cantos de alegria, trazendo os seus feixes.

Salmos 126:5-6 NVI

AGRADECIMENTOS

A finalização desta pesquisa representa o encerramento de uma fase importante da minha vida acadêmica. Eu gostaria de agradecer a todos que de alguma forma viveram essa jornada comigo. Sou muito grata a Deus por ter colocado belas flores no meu caminho.

RESUMO.

Esta pesquisa tem como tema o Serviço Social na Educação em Pernambuco nas décadas de 1940-1980. O objetivo é compreender o papel desses profissionais no campo educacional. A pesquisa resgata a trajetória histórica da inserção do Serviço Social nas políticas educacionais e reflete sobre sua relevância contemporânea, considerando a promulgação da Lei nº 13.935/2019, que estabelece a presença de assistentes sociais nas redes públicas de ensino. Este estudo se fundamenta em uma análise crítica e dialética, recorrendo a uma abordagem qualitativa. A pesquisa faz uso de revisão bibliográfica e documental, com consulta a materiais históricos, como Trabalhos e Conclusão de Curso, leis, decretos e publicações acadêmicas da época, além de produções contemporâneas que abordam a inserção dos assistentes sociais na educação. O trabalho também busca oferecer subsídios para debates atuais sobre a importância de uma educação inclusiva e integral, que leve em conta as múltiplas expressões da questão social e as contribuições dos assistentes sociais na mediação dessas demandas resgatando a história de uma atuação passada.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação; Pernambuco

ABSTRACT

This research focuses on Social Work in Education in Pernambuco in the 1940s and 1980s. The objective is to understand the role of these professionals in the educational field. The research examines the historical trajectory of the insertion of Social Work in educational policies and reflects on its contemporary relevance, considering the enactment of Law No. 13,935/2019, which establishes the presence of social workers in public education systems. This study is based on a critical and dialectical analysis, using a qualitative approach. The research uses a bibliographic and documentary review, with consultation of historical materials, such as Course Conclusion Papers, laws, decrees and academic publications of the time, in addition to contemporary productions that address the insertion of social workers in education. The work also seeks to provide support for current debates on the importance of inclusive and comprehensive education, which takes into account the multiple expressions of the social issue and the contributions of social workers in mediating these demands, rescuing the history of past actions.

Keywords: SocialService;Education;Pernambuco

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. ASPECTOS ATUAIS NOS DEBATES QUANTO A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	15
2.1 O Papel do Assistente Social nas Reformas Educacionais	15
2.2 Legislações, Políticas Públicas Educacionais e a atuação profissional	18
2.3 A conjuntura atual das normativas que permeiam a lei 13.935/2019	20
3. ASPECTOS DO SERVIÇO SOCIAL NAS DÉCADAS DE 1940-1980	28
3.1. Análise e reflexões acerca da atuação do Serviço Social na Educação nas décadas de 1940-1980	28
3.2 Os segmentos encontrados na análise dos espaços ocupacionais na Educação nas décadas de 1940-1980	31
3.3 Retrospecto dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social com ênfase na Educação em Pernambuco nas décadas de 1940-1980	35
3.4 Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
APÊNDICE - Quadro nº 1 - Atuação do Serviço Social na Educação em Pernambuco entre as décadas de 1940-1980	57

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a atuação do Serviço Social na Educação em Pernambuco entre as décadas de 1940 e 1980. A escolha desse tema se justifica pela necessidade de compreender o papel que o Serviço Social desempenhou em um período de grandes transformações políticas e sociais no Brasil, especialmente no campo educacional. Durante essas décadas, o país passou por profundas mudanças que influenciaram a formulação de políticas públicas voltadas para a educação, e, paralelamente, o Serviço Social consolidou-se como uma profissão essencial nas respostas às demandas sociais, atuando diretamente na implementação e monitoramento dessas políticas.

A reflexão sobre a Educação neste período é importante para entender as várias transformações políticas e sociais, incluindo o avanço das políticas públicas voltadas para as necessidades educacionais e o fortalecimento da profissão de assistente social. Em Pernambuco, esses profissionais tiveram um papel importante na articulação entre as demandas revelam a importância de profissionais capacitados para lidar com as diversas expressões da questão social que permeavam a educação, como a pobreza, o acesso desigual, a evasão escolar e o apoio às famílias em situação de vulnerabilidade.

Ademais, o interesse por essa temática resulta de debates articulados em sala de aula e de reflexões críticas ao longo da formação acadêmica. Durante as aulas, especialmente nas aulas e disciplinas que estavam voltadas para o debate dos fundamentos do Serviço Social na atualidade, as reflexões com professores e colegas proporcionaram uma visão mais aprofundada sobre a atuação profissional no campo Educacional. Desta forma, esses debates não apenas ampliaram minha compreensão sobre o tema, mas também destacaram a relevância do Serviço Social na construção de uma educação mais inclusiva e acessível.

Assim, por meio desses debates acadêmicos surge a necessidade de entender o papel do assistente social na educação, e também a percepção de uma lacuna no meu conhecimento sobre como esse campo de atuação se desenvolveu ao longo do tempo. Levando assim a uma reflexão mais profunda de como o Serviço Social influencia a Educação e de que maneira viria a me posicionar nas minhas possíveis práticas profissionais diante desses desafios.

Desta forma, a análise das práticas do Serviço Social no campo educacional entre as décadas de 1940 e 1980 em Pernambuco permitiu, não apenas resgatar a história dessa atuação, mas também fornecer subsídios para uma reflexão crítica sobre os desafios enfrentados pela Educação pública e o papel do assistente social na construção da política nos dias atuais.

Deste modo, a relevância deste trabalho está diretamente relacionada à atualidade da temática, considerando a recente implementação da Lei nº 13.935, de 2019, que estabelece a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Uma vez que a aprovação dessa lei traz à tona novos debates sobre a importância do Serviço Social no contexto educacional, reforçando a necessidade de se compreender historicamente como se deu essa atuação e quais foram os seus impactos. Assim, este estudo pretende, não apenas resgatar a trajetória histórica da atuação dos assistentes sociais na educação, mas também oferecer subsídios para os debates contemporâneos que envolvem a implementação dessa legislação.

Além disso, esta pesquisa está baseada em um arcabouço teórico que reflete a Educação de forma crítica, buscando compreender a dimensão social e política, que está para além da sala de aula. Sob essa ótica, a Educação é tida como um campo de disputa de interesses, um espaço onde ocorrem as contradições da sociedade capitalista. Essa perspectiva é especialmente relevante no contexto da Lei nº 13.935, de 2019, que institui a presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas. Essa legislação representa um avanço na compreensão de que a educação deve ser uma prática integral, que considera as múltiplas dimensões da vida dos estudantes e suas famílias

Neste viés, a relevância política da inserção do Serviço Social na educação se manifesta na capacidade desses profissionais de articularem políticas públicas e atender às demandas sociais que afetam diretamente o acesso e a permanência dos alunos na escola. Sendo particularmente importantes em contextos de expressões da questão social, como pobreza, violência e opressão social impactam a trajetória escolar dos alunos.

Além disso, a discussão contemporânea sobre a Lei nº 13.935 evidencia a importância de se ter profissionais capacitados para lidar com as complexidades que envolvem o ambiente escolar. Segundo o estudo de Saviani (2008), a educação é um mecanismo de formação do ser humano que deve ser compreendido dentro de uma perspectiva histórica, levando em consideração as condições sociais e materiais que moldam esse processo. Nesse sentido, a atuação do assistente social na educação não se limita à intervenção direta em problemas específicos, mas sim à compreensão e enfrentamento das desigualdades estruturais que impedem o acesso igualitário à educação de qualidade.

Logo, conforme reflete Yamamoto (2007), o profissional de Serviço Social possui uma autonomia relativa, visto que ele atua nos limites impostos pelas condições objetivas da sociedade, sobretudo derivadas do assalariamento e inserção da divisão social e técnica do

trabalho, mas possui uma capacidade crítica e transformadora em sua prática, por constituir-se como profissão liberal. Essa autonomia na prática do assistente social permite que ele atue de forma estratégica, como também contribuindo para a construção de políticas públicas que visem à democratização do ensino.

Ainda de acordo com o estudo de Iamamoto (2007), o Serviço Social é uma profissão que se constrói em uma relação dialética com a realidade social, sendo, ao mesmo tempo, produto e produtor das condições sociais em que está inserido. Dessa forma, o Serviço Social, ao interagir com a educação, estabelece uma relação intrínseca com esse campo, entendendo-o não apenas como um processo de ensino e aprendizagem, mas um instrumento de transformação social. Argumenta que quando a Educação está vinculada a uma prática crítica e consciente das contradições sociais, pode contribuir para o enfrentamento das desigualdades e para a emancipação dos indivíduos.

Ter este olhar crítico é de grande importância para a atuação profissional no ambiente escolar, pois faz o movimento de questionar as estruturas que mantêm as desigualdades educacionais e propor ações que visem à construção de uma educação inclusiva e equitativa. Assim, o Serviço Social, ao compreender a educação como um espaço de construção social, assume um papel fundamental na luta por uma educação mais justa. Esta compreensão como categoria aproxima-se do estudo de Freire (1987, p. 35), que afirma que “[...] a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma reflexão crítica sobre a realidade social.” Assim, a prática educativa é vista como um processo que envolve a reflexão crítica e a ação transformadora, sendo essa a perspectiva adotada pelo Serviço Social na sua atuação no campo educacional.

Para além dos apontamentos aqui apresentados, é de suma importância observar que o cenário de debates contemporâneo do Serviço Social na Educação dialoga com a trajetória histórica dessa profissão, bem como suas implicações e aprendizagens do passado. A lacuna na compreensão histórica gera um problema de pesquisa significativo, que se manifesta na dificuldade em compreender plenamente a evolução das práticas e das políticas de Serviço Social no campo educacional. Assim, torna-se necessário elaborar uma reconstrução histórica da trajetória do Serviço Social na educação em Pernambuco, desde sua emergência até o início de sua renovação crítica. Esse olhar histórico é fundamental para o entendimento das condições que moldaram a prática do assistente social, permitindo uma reflexão mais aprofundada sobre como as demandas sociais, políticas e educacionais se interligam ao longo do tempo.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o debate sobre a inserção do Serviço Social na Educação considerando a trajetória histórica da profissão em Pernambuco nas décadas de 1940-1980. Nesse contexto, os objetivos específicos incluem o resgate dos debates recentes que a categoria tem promovido em torno da sua inserção dos profissionais na Educação. Além de mapear a inserção do Serviço Social no campo educacional em Pernambuco durante o período de 1940-1980, realizando o levantamento dos acervos do departamento de Serviço Social, reunindo documentos que comprovam essa atuação, que está expresso no quadro (apêndice 1).

Esta pesquisa é orientada pelo método histórico-crítico dialético, o que permite analisar fenômenos sociais em sua totalidade, além de considerar suas contradições e transformações ao longo do tempo. Neste contexto, Netto (2011), no livro *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, reflete que o método dialético busca entender a realidade social em sua forma total e de constante movimento, com a finalidade de revelar as suas contradições internas e o desenvolvimento histórico resultante dessas contradições.

Nesta conjuntura, esse método é de grande importância na compreensão da atuação do Serviço Social na esfera educacional. Pois ele permite a interpretação das condições históricas e materiais em que esses profissionais atuaram. Principalmente, em períodos com grandes marcos históricos de transformações, sejam de cunho social ou político.

A construção desta abordagem se deu através da pesquisa bibliográfica, com artigos, livros sistematização e debates de documentos, em sua maioria disponibilizados pelo CFESS. Além da análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) que tratavam da temática Serviço Social na Educação em Pernambuco entre as décadas de 1940 e 1980, encontrados em dois acervos distintos.

O primeiro acervo é da antiga Escola de Serviço Social de Pernambuco, que contém documentos do período de 1940 a 1970, e atualmente está sob a guarda do Memorial Denis Bernardes. O segundo acervo pertence ao Departamento de Serviço Social da UFPE, contendo materiais produzidos entre 1971 e 1989, que estão armazenados na biblioteca setorial do CCSA. Esses acervos foram mapeados pelo projeto de extensão *Memória e História do Serviço Social em Pernambuco* (MEHSSPE), que está vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco e visa organizar, divulgar e promover estudos sobre a trajetória do Serviço Social no estado.

Também foram utilizados dois inventários fundamentais para esta pesquisa: *Renovação do Serviço Social em Pernambuco na Ditadura: Inventário do Acervo* e *Serviço Social em*

Pernambuco: primeiras décadas da formação e atuação profissional, ambos organizados pelo MEHSSPE. Esses documentos oferecem uma visão crítica e detalhada do acervo disponível, com informações sobre os TCCs, projetos de extensão e iniciativas de formação de assistentes sociais entre 1940 e 1989.

O critério para a seleção dos materiais usados na pesquisa incluiu a análise do ano de escrita, o tema abordado no TCC e se estava tratando da atuação daqueles profissionais no âmbito educacional, os espaços ocupacionais e os métodos que eram utilizados por estes. Neste processo, alguns TCCs e documentos foram descartados, pois não se concentravam na atuação dos assistentes sociais na educação, mas sim em questões relacionadas à estrutura acadêmica da profissão. De acordo com Gil (2002), este movimento de seleção criteriosa do material usado na pesquisa bibliográfica é importante para garantir a relevância e o foco da pesquisa.

Em síntese, o capítulo dois desta pesquisa trata dos debates atuais quanto à atuação profissional na Educação. O capítulo inicia tratando do papel assistente social nas reformas educacionais no Brasil e como foi moldado por influências históricas e políticas. Ressaltando como a educação servia como um mecanismo de controle social e preparação de mão de obra. Neste contexto, faz um apanhado passando pelo marco de algumas décadas.

Nas décadas de 1930 e 1940, com a institucionalização do Serviço Social, a profissão atuava de forma assistencialista, alinhada às políticas do Estado e da Igreja Católica. A partir de 1940, surgiram publicações e debates sobre a intervenção do Serviço Social nas escolas. A partir dos anos 1960 e 1970, influenciados por correntes críticas e o pensamento marxista, os assistentes sociais começaram a questionar o caráter produtivista da Educação, buscando uma escola voltada para a emancipação das classes populares. A década de 1980 trouxe uma nova perspectiva, com a promulgação da Constituição de 1988, que reconheceu a educação como um direito de todos, e a LDB de 1996, que estabeleceu a responsabilidade do Estado em garantir acesso à educação de qualidade.

O capítulo dois também trata da legislação educacional brasileira, que reflete um processo histórico e político que visa consolidar a educação como um direito universal e um dever do Estado. Passando pela Constituição Federal de 1988, que é o principal marco, assegurando a Educação como direito de todos e estabelecendo a obrigatoriedade do ensino básico gratuito. Pontuando também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, organiza a educação em diferentes níveis e garante a autonomia das instituições de ensino. Além das legislações mais recentes, como a Lei nº 13.935/2019, que ganha destaque por incluir profissionais de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de

educação básica, visando melhorar a qualidade do ensino e garantir a inclusão. Essa lei busca criar um ambiente escolar mais saudável, atendendo às necessidades emocionais e sociais dos alunos. E a Lei nº 14.819/2024 complementa essas iniciativas, ao modificar a política de financiamento da educação básica, promovendo a equidade na distribuição de recursos e melhorando as condições de infraestrutura e trabalho para os profissionais da educação.

O capítulo dois também aborda a conjuntura atual das normativas do CFESS, em consonância com a Lei 13.935/2019, destacando a inserção do Serviço Social na Educação. Nesse contexto, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) tem promovido uma série de sistematizações e orientações que visam esclarecer e fortalecer a atuação dos assistentes sociais nas instituições educacionais. Essas diretrizes não apenas ressaltam a importância da presença desses profissionais no campo educacional, mas também delineiam as diretrizes éticas e técnicas necessárias para uma prática profissional eficaz.

Além destas problemáticas, o capítulo dois também reflete que na trajetória da pesquisa observou-se a carência de materiais que articulem historicamente a atuação do Serviço Social na Educação. Levantando a necessidade de um mapeamento histórico mais detalhado, que possa não apenas documentar as práticas, mas também analisar as transformações ocorridas ao longo do tempo, contribuindo para uma formação acadêmica mais robusta e fundamentada para os futuros profissionais da área.

Já o capítulo três desta pesquisa trata dos aspectos do Serviço Social nas décadas de 1940-1980. Ele é iniciado com uma análise do quadro de TCCs elaborado a partir dos inventários do MEHSSPE. Em seguida, analisa os segmentos encontrados dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais na Educação nas décadas de 1940-1980, conforme a análise do quadro de TCCs, evidenciando a evolução das práticas dos assistentes sociais na educação ao longo das décadas, refletindo as mudanças sociais e políticas do Brasil e a adaptação das instituições às necessidades da população. Ainda foi feita uma pesquisa para entender melhor o que foi as Secretarias de Educação, uma dos principais espaços ocupacionais de atuação de assistentes sociais ao longo das décadas de 1940-1980.

Além dos capítulos, o apêndice desta pesquisa traz o quadro de atuação do Serviço Social na Educação em Pernambuco entre as décadas de 1940-1980, que foi constituído com base nos inventários do MEHSSPE considerando o trabalho dos assistentes sociais na educação ao longo das décadas. Este quadro prova que houve atuação de assistentes sociais em Pernambuco desde as primeiras décadas de atuação.

2. ASPECTOS ATUAIS NOS DEBATES QUANTO A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

2.1 O Papel do Assistente Social nas Reformas Educacionais

O papel dos assistentes sociais nas reformas educacionais no Brasil apresenta uma trajetória marcada por influências históricas e políticas que moldaram sua atuação ao longo do tempo. No início do século XX, a Educação era entendida como um instrumento de controle social, voltada para a formação de trabalhadores que atendessem às demandas do mercado e para a integração das camadas mais pobres à sociedade. De acordo com o estudo de Saviani (2008, p. 56), "a educação se configurava como uma prática social destinada a promover a adaptação dos indivíduos às exigências da sociedade capitalista, priorizando a formação de uma mão de obra disciplinada e apta a desempenhar funções produtivas".

Com base nas influências históricas e políticas que moldaram a atuação do Serviço Social na educação, torna-se necessário aprofundar a concepção de educação que fundamenta tais transformações. A concepção de educação no Brasil tem sido um reflexo das disputas ideológicas e das necessidades socioeconômicas do país, passando por diferentes fases que se interligam com os projetos de sociedade em cada período histórico.

Inicialmente, a educação no Brasil foi pensada dentro de um modelo funcionalista, voltado para a formação de trabalhadores que atendiam às exigências de um sistema capitalista que buscava mão de obra disciplinada e especializada. A concepção de educação, neste momento, não era universalizada, mas voltada para a adaptação dos indivíduos às normas da sociedade. Segundo Saviani (2008), esse modelo visava preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, sendo a educação uma prática social que objetivava a integração das camadas populares às estruturas sociais e produtivas

No entanto, a partir das décadas de 1950 e 1960, com a emergência de novas propostas educacionais e a introdução de teorias críticas, a educação no Brasil passou a ser compreendida de forma mais ampla. A educação começou a ser vista como um direito universal, sendo fundamental para a emancipação social e política dos indivíduos. No contexto das reformas educacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961, que estabeleceu as bases para a organização da educação básica no Brasil, refletiu essa transição de uma concepção de educação voltada para o mercado de trabalho para uma educação que deveria garantir a formação integral do indivíduo, com foco no

desenvolvimento humano e na construção de uma sociedade mais justa.

A partir desse período, o conceito de educação foi se ampliando, passando a incluir aspectos mais críticos e emancipatórios. A educação foi gradualmente incorporando os valores de inclusão, igualdade e justiça social, com ênfase no direito de acesso de todos aos sistemas de ensino. Essa mudança se consolidou ainda mais com a Constituição de 1988, que reconheceu a educação como um direito fundamental, e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que aprofundou a ideia de educação inclusiva e democrática. Esses marcos legais passaram a estabelecer a educação como um direito de todos, e o Estado tornou-se o responsável por garantir o acesso de todas as camadas sociais, incluindo as mais vulneráveis, à educação de qualidade.

Essa nova concepção de educação foi fortemente influenciada pelos movimentos sociais e pelas críticas marxistas que surgiram durante a ditadura militar (1964-1985). A educação passou a ser vista como um instrumento para a transformação social, em que a escola se tornava um espaço de resistência e de luta pela igualdade e pela cidadania. O Serviço Social, então, passou a atuar no campo educacional com uma visão mais crítica, buscando garantir que as políticas educacionais chegassem a todos os grupos sociais, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade.

A concepção de educação também foi impactada pelas novas perspectivas pedagógicas que surgiram, com ênfase no protagonismo dos alunos e na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. A educação passou a ser compreendida como um meio de desenvolvimento pleno do indivíduo, e não apenas como uma preparação para o trabalho, como ocorria nos modelos anteriores. Nesse sentido, a educação se configurou como um processo contínuo de construção de conhecimento e de desenvolvimento de capacidades que permitissem ao indivíduo participar ativamente na sociedade, lutando pela transformação das condições de vida.

Esta pesquisa também se refere a Paulo Freire, um dos principais teóricos da educação no Brasil, foi fundamental para a transformação dessa visão. Sua Pedagogia do Oprimido (1996) introduziu a ideia de que a educação deveria ser um processo dialógico e libertador, voltado para a conscientização crítica dos educandos. Para Freire, a educação é uma prática política, na qual o educador e o educando são sujeitos do processo educativo. Nesse sentido, a educação não é um mero repasse de conhecimento, mas uma prática que deve levar à transformação da realidade social, promovendo a emancipação dos indivíduos e sua participação ativa na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outro importante conceito de educação que dialoga com essa perspectiva é o de

"educação emancipadora", defendido por autores como Dermeval Saviani e Carlos Rodrigues Brandão. Esses autores argumentam que a educação deve ter um caráter crítico e reflexivo, buscando desenvolver a capacidade do aluno de entender sua realidade e questioná-la, para que possa transformá-la. A educação emancipadora, portanto, vai além do simples processo de formação técnica, promovendo o desenvolvimento de uma consciência crítica e política.

Assim, no contexto do Serviço Social na Educação, que decorre das primeiras décadas do século XX, é importante refletir brevemente acerca da trajetória do trabalho profissional e as Políticas Educacionais no Brasil. Conforme o estudo de Dentz e Silva (2015), a Constituição de 1934 estabeleceu uma centralização nas questões educacionais, direcionando o governo a formular um Plano Nacional de Educação (art. 150) e instituir Conselhos Nacionais e Estaduais de Educação (art. 152), o que indicava o início de uma política educacional mais unificada (Beisiegel, 1995).

Desta forma, durante as décadas de 1930 e 1940, com a institucionalização do Serviço Social no Brasil, a profissão passou a ter uma atuação mais sistematizada, ainda que volte para a assistência e o controle social. Ainda conforme Iamamoto (2007), esse período foi caracterizado por um forte alinhamento com as políticas do Estado Novo de Getúlio Vargas, que via na educação uma forma de disciplinar e integrar as massas trabalhadoras ao projeto de desenvolvimento industrial do país. No governo de Vargas, em 1953, também houve a separação entre as áreas da Educação e da Saúde, consolidada pela Lei n. 1.920, que criou o Ministério da Educação e Cultura.

Logo, a atuação do assistente social nas escolas era limitada pela própria concepção de educação da época, não como um direito universal, mas uma ferramenta de moldagem moral e de preparação para o trabalho. Assim, a inserção do Serviço Social nas escolas é marcada pela influência do projeto modernizador do Estado e pelos valores morais da Igreja Católica, voltados para as classes populares e sua adaptação às normas sociais. Segundo o estudo de Iamamoto (2007), essas instituições buscavam adaptar as classes populares às normas sociais vigentes, promovendo a integração dessas camadas à sociedade de acordo com as demandas do mercado.

Ainda assim, na educação, o Serviço Social começou a se destacar em 1939, com a publicação de "Serviço Social, infância e juventude desvalidas", de Maria Esolina Pinheiro, que abordava o papel dos assistentes sociais em diferentes áreas, inclusive a escolar (Pinheiro, 1985, *apud* Dentz e Silva 2015). Trabalhos acadêmicos sobre a intervenção de assistentes sociais na educação começaram a surgir na década de 1940, com um aumento significativo de produções a partir desse período (Witiuk, 2004, *apud* Dentz e Silva, 2015). Em 1945,

Maria Tereza Guilherme publicou "Serviço Social Escolar", destacando a intervenção dos assistentes sociais na prevenção e solução de problemas escolares (Guilherme, 1945, *apud* Dentz e Silva, 2015). Em estados como Rio Grande do Sul e Pernambuco, os assistentes sociais eram responsáveis por lidar com questões como evasão escolar, desmotivação e dificuldades de relacionamento (Souza, 2005, *apud* Dentz e Silva, 2015).

Ainda na década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, os debates a respeito da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) ganharam relevância, uma vez que eram influenciados pelo Manifesto de 1959, que tratava de políticas de escolarização (Ghiraldelli, 2009). No entanto, as reformas educacionais, incluindo a LDB de 1961 e a de 1971, não trouxeram transformações significativas para a educação brasileira.

A partir dos anos 1960 e 1970, com a introdução das correntes críticas no Serviço Social e o aprofundamento dos debates sobre o papel da educação na transformação social, a atuação da profissão nas escolas começou a se modificar. Todavia, o período da ditadura militar (1964-1985) trouxe consequências profundas para a educação, como políticas de escolarização, movimentos sindicais e greves de professores, além de várias conferências de educação.

Contudo, influenciados pelo pensamento marxista, os assistentes sociais passaram a questionar o caráter produtivista da Educação e a reivindicar uma escola voltada para a emancipação das classes populares. Silva (2018) aponta que, embora essa crítica tenha ganhado força no campo teórico, na prática, a educação continuava sendo orientada por políticas públicas que mantinham as desigualdades de acesso e de qualidade, com pouca ênfase na inclusão social. Assim, nas décadas de 1960 e 1970, a prática profissional dos assistentes sociais na educação foi marcada por uma abordagem conservadora, focada na "preparação social" dos indivíduos para torná-los produtivos no sistema capitalista (Amaro, 2011).

No entanto, a partir da década de 1980, o processo de reconceituação do Serviço Social trouxe uma ruptura com esse modelo, influenciada pelos movimentos sociais e pelas teorias críticas, que começaram a questionar o papel do assistente social dentro do sistema educacional. A aproximação com o marxismo acadêmico e a abertura das universidades a essas discussões criaram novas perspectivas para a profissão (Iamamoto, 2007).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser reconhecida como um direito de todos e dever do Estado, marcando uma inflexão nas políticas públicas educacionais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 consolidou essa perspectiva, estabelecendo que o Estado deveria garantir o acesso

universal à educação básica de qualidade. Nesse contexto, o papel do Serviço Social nas escolas foi reconfigurado, passando a atuar na implementação de políticas inclusivas e visando a garantia do acesso e permanência de alunos em situação de vulnerabilidade social.

A partir dessa nova perspectiva, a intervenção dos assistentes sociais no campo educacional passou a se articular mais fortemente com as lutas sociais e os movimentos de base, buscando maior igualdade e justiça social. Entretanto, apesar desses avanços legais, Silva (2018) ressalta que ainda existem barreiras estruturais que limitam a efetiva implementação das políticas educacionais inclusivas, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade social.

Assim, a trajetória do Serviço Social na educação passou de uma atuação conservadora para uma abordagem mais crítica e comprometida com a democratização do ensino, destacando-se como um campo de luta pela inclusão social e pela igualdade de oportunidades no sistema educacional brasileiro.

2.2 Legislações, Políticas Públicas Educacionais e a atuação profissional

A legislação educacional brasileira é resultado de um processo histórico e político que visou à consolidação da educação como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado. Esse conjunto de normas, políticas públicas e programas visa garantir o acesso à educação, a inclusão social e a formação de cidadãos críticos e capazes de contribuir para o desenvolvimento do país.

Neste conjunto, a Constituição Federal de 1988 é o marco jurídico mais importante no campo da Educação brasileira. O artigo 205 estabelece que a educação é um "direito de todos e dever do Estado e da família", devendo ser promovida com base nos princípios de igualdade de condições, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, e da pluralidade de ideias e concepções pedagógicas. Com o intuito de firmar a educação como uma prioridade essencial para o desenvolvimento social e democrático. Ainda na Constituição Federal de 1988, o artigo 208 também tem um papel de destaque. Ele assegura a educação básica obrigatória e gratuita, dos 4 aos 17 anos de idade, e prever a progressiva universalização do ensino médio gratuito.

Outro grande marco jurídico no campo da Educação brasileira é que foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta lei busca estabelecer as diretrizes gerais para a organização da educação nacional, abrangendo a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação superior. A LDB define que a educação escolar é dividida em dois níveis: Educação Básica que é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e Educação Superior. A Lei de Diretrizes também estipula a autonomia pedagógica e administrativa das escolas e faculdades, a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática do ensino público.

Contudo, no que se refere diretamente à atuação dos assistentes sociais no âmbito educacional na atualidade, a Lei nº 13.935/2019 ganha destaque. Nesta lei há uma disposição quanto a inclusão dos profissionais de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. De acordo com a lei, as redes de ensino devem articular as equipes multidisciplinares formadas por psicólogos e assistentes sociais, visando à melhoria da qualidade do processo de ensino e à garantia da inclusão

Assim, a lei 13.935/2019 estabelece que os sistemas de ensino, em todo o território brasileiro, devem dispor desses profissionais para atender às necessidades dos alunos, professores e toda a comunidade escolar. Esta implementação tem por objetivo oferecer suporte

especializado, tanto no âmbito psicossocial quanto pedagógico, promovendo um ambiente escolar mais saudável e inclusivo. Logo, a presença de assistentes sociais e psicólogos é compreendida como importante para lidar com problemáticas relacionadas ao desenvolvimento social e emocional dos alunos em diversos aspectos, tanto no âmbito das relações interpessoais, como em questões bullying, tanto quanto problemas familiares, dificuldades de aprendizagem. Além de propiciar a garantia de direito e lidar com as expressões da questão social que pode ser expressa no ambiente escolar e entre outros.

Ainda na conjuntura das leis que regem a atuação do Serviço Social na atualidade, outra lei que está intrinsecamente ligada à atuação dos assistentes sociais é a Lei nº 14.819/2024. Ela incorpora modificações à política de financiamento da educação básica. Estas modificações têm o objetivo de aprimorar a redistribuição de recursos financeiros e melhorar as condições de infraestrutura e qualidade do ensino.

Um dos seus focos é o fortalecimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), buscando maior equidade no financiamento da educação entre os estados e municípios. Esta lei traz uma série de medidas que visam à redução das desigualdades regionais na educação, ampliando o repasse de recursos para as regiões mais pobres do país. Assim, a implementação dessa política é de responsabilidade dos municípios e estados, que deverão garantir a inserção desses profissionais nas escolas públicas de forma gradativa, respeitando as condições orçamentárias de cada localidade. A Lei nº 14.819/2024 também prevê a valorização dos profissionais da educação, assegurando uma maior parte dos recursos do FUNDEB com fins de garantir salários dignos e condições adequadas de trabalho para professores e demais funcionários da rede pública.

Neste ponto, também é válido destacar que a gestão do FUNDEB tem sido alvo de intensas disputas políticas e econômicas. Por um lado, governadores e prefeitos pressionam por critérios de redistribuição que considerem as desigualdades regionais. Por outro lado, o setor privado busca expandir a possibilidade de uso dos recursos do FUNDEB para subsidiar instituições privadas de ensino, especialmente por meio de parcerias público-privadas (PPPs). A EC nº 108/2020 gerou polêmica ao prever que até 10% do aporte da União poderia ser utilizado em convênios com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas, levantando debates sobre a privatização da educação pública.

Segundo Adrião e Peroni (2021), o direcionamento de recursos públicos para instituições privadas pode enfraquecer o sistema público de ensino, ao invés de fortalecê-lo. Isso se deve ao risco de ampliação das desigualdades e ao desvio de verbas que poderiam ser aplicadas diretamente na melhoria da infraestrutura e formação docente nas escolas públicas.

Além destes pontos, a Lei nº 14.819/2024 também reforça a necessidade de investimentos em infraestrutura escolar, especialmente em áreas rurais e comunidades

vulneráveis, com o intuito de melhorar as condições físicas das escolas, acesso à tecnologia e aos recursos pedagógicos. Com essas mudanças, o objetivo central da lei é garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica.

Em suma, ambas as leis — Lei nº 13.935/2019 e Lei nº 14.819/2024 — refletem um esforço do Brasil em aprimorar a qualidade e a equidade da educação básica. A lei nº 13.935/2019 com o foco no suporte psicossocial nas escolas, com a finalidade de buscar atender às necessidades emocionais e sociais dos estudantes, enquanto a segunda lei citada, nº 14.819/2024, visando garantir que os recursos sejam melhor distribuídos e utilizados para reduzir as desigualdades regionais e valorizar os profissionais da educação. Em conjunto, e implementadas, essas leis representam avanços importantes para a consolidação de uma educação pública inclusiva.

2.3 A conjuntura atual das normativas que permeiam a lei 13.935/2019

Na atual conjuntura da inserção do Serviço Social na Educação, o Conselho Federal de Serviço Social CFESS, tem publicado diversas sistematizações e orientações a respeito da atuação dos assistentes sociais na Educação buscando esclarecer e fortalecer a atuação dos profissionais nas Instituições Educacionais. Essas sistematizações abordam tanto a importância dos assistentes sociais no campo da Educação, como quanto à definição das diretrizes éticas e técnicas necessárias para a prática profissional.

Assim, no ano de 2013, o Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS Serviço Social na Educação pública os *Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação*. Este documento, mesmo elaborado e publicado mais de uma década antes da lei, carrega em si uma forte precedente para a discussão da atuação e inserção do Serviço Social na Educação ainda nos dias atuais.

Ele discute o papel estratégico dos assistentes sociais no contexto educacional brasileiro e estruturado para orientar a prática profissional desses trabalhadores na política de educação, destacando seu compromisso com a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Este documento considera a escola um espaço de luta por direitos sociais e cidadania, onde os assistentes sociais podem contribuir para a construção de práticas inclusivas e emancipadoras, enfatiza a necessidade de se compreender a escola dentro de uma perspectiva mais ampla, como um espaço de mediação das desigualdades sociais, culturais e econômicas.

Nesse sentido, o documento aponta que os assistentes sociais, inseridos na Educação, têm a responsabilidade de intervir em situações de vulnerabilidade social, atuando em prol da justiça social. Além disso, o texto também sugere que a atuação destes deve estar articulada

com outras políticas públicas, como as políticas de Saúde, Assistência Social e a Proteção à Criança e ao Adolescente.

O documento *Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação* também trata de outro ponto fundamental a ser observado, o de defesa do projeto ético-político do serviço social. Projeto este que orienta os profissionais a promover a universalização do acesso à educação e combater todas as formas de discriminação e exclusão. Neste viés, os assistentes sociais na educação são tidos como agentes de transformação social, cujo trabalho deve estar pautado em valores como a liberdade, a equidade e a inclusão, como expresso no código de ética da profissão. O documento aponta que essa atuação é fundamental para garantir uma educação que vá além da mera transmissão de conhecimento, servindo como instrumento de emancipação humana e fortalecimento das lutas sociais por direitos.

Portanto, o documento que trata dos *Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação* reforça a importância do engajamento dos assistentes sociais nas escolas para contribuir com a superação das desigualdades educacionais e a promoção de uma educação transformadora, coerente com os princípios do serviço social. Contudo, para que isso aconteça de forma eficaz, é necessário que os assistentes sociais estejam inseridos adequadamente no sistema educacional.

Já na *Nota Pública da Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019* defende que assistentes sociais e psicólogos são profissionais da educação e devem ser reconhecidos como tal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta nota critica a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) por desconsiderar a luta histórica dessas categorias e a importância de sua inserção na educação básica, reduzindo-a a uma busca por recursos.

Os pontos principais desta nota é o reconhecimento desses profissionais como trabalhadores da Educação. Visto que, os Assistentes sociais e psicólogos têm uma longa trajetória na educação no Brasil, contribuindo para a qualidade do ensino e o desenvolvimento integral dos estudantes. Ela também aborda a distinção de escolas cívico-militares, com a luta por uma educação pública de qualidade é distinta dos objetivos das escolas cívico-militares, que não se alinham com a proposta educacional brasileira. A nota ainda aborda a intersetorialidade, frisando que embora a colaboração entre diferentes políticas sociais seja importante, o trabalho de assistentes sociais e psicólogos na educação deve ser reconhecido como específico e não como um complemento de outras áreas, como saúde e assistência social.

Em suma, nesta nota, a coordenação reafirma seu compromisso com a educação pública de qualidade e a necessidade de financiamento adequado para garantir o direito à educação para todos, enfatizando a união entre todas as categorias de trabalhadores da educação na luta por melhores condições e práticas educacionais.

Outro documento importante nesta reflexão é o *Caderno 4 - Diálogos do Cotidiano: Assistente Social* do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Este texto foi publicado e apresenta reflexões sobre o trabalho profissional do assistente social, abordando temas fundamentais para a prática da profissão no contexto contemporâneo. O caderno tem como objetivo promover uma reflexão crítica e aprofundada sobre as diversas dimensões do trabalho do assistente social, destacando os desafios e as potencialidades da atuação na sociedade. O caderno é dividido em alguns temas, iniciando com uma análise histórica da profissão, traçando a evolução do Serviço Social no Brasil e seu papel na sociedade. Essa contextualização é importante para entender como as práticas se desenvolveram e se adaptaram às mudanças sociais, políticas e econômicas ao longo do tempo.

Outro tema abordado pelo *Caderno 4 - Diálogos do Cotidiano: Assistente Social* é os desafios enfrentados pelos assistentes sociais no cotidiano, como a precarização do trabalho, a desvalorização profissional e as limitações impostas pelo contexto socioeconômico. São apresentadas reflexões sobre como esses desafios impactam a qualidade do atendimento e a efetivação dos direitos sociais. O caderno também dá ênfase à intersetorialidade e ao trabalho em rede, destacando como a colaboração entre diferentes áreas e profissionais é essencial para a efetivação de políticas públicas e para a promoção de direitos. O texto discute exemplos de práticas que evidenciam a atuação integrada entre serviços sociais, saúde, educação e outros setores.

O documento também traz exemplos de boas práticas e experiências inovadoras que têm sido realizadas por assistentes sociais em diferentes contextos. Essas práticas são apresentadas como referência para o fortalecimento da atuação profissional e para a promoção de uma educação mais inclusiva e acessível. O caderno conclui com uma chamada à ação para que os assistentes sociais se mobilizem em defesa de uma prática profissional comprometida com a transformação social. É enfatizada a necessidade de um trabalho contínuo de formação, articulação e luta pelos direitos dos usuários e pela valorização da profissão.

Portanto, o *Caderno 4 - Diálogos do Cotidiano: Assistente Social* do CFESS é um importante recurso para a formação e atualização dos profissionais da área, oferecendo reflexões críticas sobre os desafios e as possibilidades do trabalho do assistente social. Ele incentiva a construção de uma prática profissional que esteja em sintonia com as demandas da sociedade e com os princípios éticos do Serviço Social.

Outro documento importante nesta conjuntura está o *Psicólogas(os) e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019 (2021)*, que fornece diretrizes sobre a atuação desses profissionais nas instituições de ensino, abordando suas responsabilidades, a relevância de sua presença nas escolas e os desafios que precisam ser superados para a implementação efetiva da legislação.

Este documento detalha as principais responsabilidades dos psicólogos e assistentes sociais nas escolas com base na Lei 13.935/2019, que estabelece a obrigatoriedade da presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas públicas de educação básica, reconhecendo a importância desses profissionais para a promoção da saúde mental e do desenvolvimento integral dos alunos. Logo, a presença desses profissionais visa não apenas atender às demandas imediatas dos estudantes, mas também contribuir para a construção de uma educação inclusiva e de qualidade, que considere o bem-estar emocional e social dos alunos.

Assim, a atuação dos profissionais é vista como um recurso fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais no ambiente escolar, permitindo que se desenvolvam estratégias que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes. Sendo uma das funções centrais o atendimento direto aos alunos, que pode ser realizado tanto individualmente quanto em grupos. Esse atendimento busca identificar e tratar questões emocionais e sociais que possam impactar o desempenho escolar dos estudantes. Além disso, os profissionais devem apoiar a gestão escolar, colaborando com a equipe pedagógica na formulação de políticas que garantam a permanência e o sucesso escolar, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Outro aspecto importante da atuação desses profissionais é a promoção da saúde mental. Neste viés, o documento enfatiza a necessidade de desenvolver programas e atividades que visem à prevenção de problemas emocionais, criando um ambiente escolar mais saudável e propício ao aprendizado. Além disso, a articulação com a comunidade é uma responsabilidade crucial. Além da interação entre a escola, as famílias e a comunidade que pode gerar um suporte necessário para o desenvolvimento dos alunos, ampliando as redes de proteção social e promovendo a inclusão.

Além desses pontos, a intersetorialidade é um conceito central no documento, pois a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento e práticas profissionais é fundamental para a efetividade das ações. O trabalho conjunto entre psicólogos, assistentes sociais e educadores é essencial para a construção de um ambiente escolar que favoreça o aprendizado e o desenvolvimento integral dos alunos. Essa abordagem interdisciplinar não apenas enriquece a prática educativa, mas também ajuda a abordar questões complexas que podem afetar a vida dos estudantes.

Entretanto, a implementação da Lei 13.935/2019 enfrenta diversos desafios. A falta de estrutura e de recursos adequados em muitas escolas é um dos principais obstáculos. Muitas instituições não dispõem de infraestrutura necessária ou de financiamento suficiente para contratar profissionais qualificados. Além disso, a capacitação profissional é uma questão crítica. É necessário promover formação continuada para que os profissionais da educação compreendam o papel de psicólogos e assistentes sociais e possam trabalhar de forma

colaborativa, integrando suas práticas ao contexto escolar.

Outro desafio destacado no documento *Psicólogas(os) e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019 (2021)*, é o reconhecimento das profissões de psicologia e serviço social dentro do ambiente escolar. A luta pela valorização e reconhecimento do trabalho desses profissionais é fundamental para garantir a eficácia de suas intervenções. É essencial que a comunidade escolar e os gestores públicos reconheçam a importância dessas profissões para o desenvolvimento dos alunos e para a construção de um ambiente educativo mais inclusivo e acolhedor.

Contudo, para enfrentar esses desafios, o documento apresenta recomendações para a regulamentação da lei. A criação de políticas públicas que garantam a contratação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas é uma das principais sugestões, assim como a necessidade de um financiamento adequado para viabilizar essa contratação. O desenvolvimento de redes de apoio intersetoriais também é fundamental, promovendo a articulação entre diferentes políticas desenvolvidas por psicólogos e assistentes sociais são igualmente importantes. Neste âmbito, a implementação de mecanismos de avaliação contínua públicos para assegurar um suporte integral aos alunos.

Todavia, a avaliação e o monitoramento das práticas permitirá que se verifique a eficácia das intervenções e a adequação das ações às necessidades dos estudantes. Além de campanhas que promovam a valorização e a aceitação do trabalho de psicólogos e assistentes sociais podem contribuir para a construção de um ambiente mais receptivo e colaborativo.

Em suma, este documento aborda como a regulamentação da Lei 13.935/2019 representa um avanço significativo para a promoção de uma educação pública de qualidade que reconhece e enfrenta as desigualdades sociais. Também pontua como a atuação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas é fundamental para garantir o desenvolvimento integral dos alunos, criando um ambiente educativo mais inclusivo e acolhedor.

Entretanto, a efetividade dessa legislação depende da superação dos desafios apontados e do comprometimento de todos os atores envolvidos na educação. A mobilização conjunta entre profissionais da educação, gestores públicos e a sociedade civil é essencial para garantir que os direitos dos estudantes sejam efetivamente respeitados e promovidos, assegurando que todos tenham acesso a uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades.

Além dos documentos já citados, na conjuntura das normativas após a lei 13.935/2019, também houve a publicação da *cartilha Psicologia e Serviço Social na Educação Básica: Lei 13.935/2019*. Ela apresenta diretrizes fundamentais sobre a atuação de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas, destacando sua importância para o desenvolvimento integral dos alunos e o enfrentamento das desigualdades sociais.

Este documento aborda o contexto histórico e a luta pela implementação da lei,

reconhecendo a necessidade de maior financiamento e estrutura para uma educação inclusiva. Os desafios incluem a articulação entre políticas públicas e a formação de uma equipe interdisciplinar para atuar de maneira preventiva nas demandas psicossociais dos alunos. A cartilha destaca o papel de ambos os profissionais em colaborar com o ambiente escolar para garantir não apenas o bem-estar dos alunos, mas também promover políticas de permanência escolar. Com os Assistentes sociais atuando na articulação entre a escola, família e as redes de proteção social, enquanto psicólogos desenvolvem ações que visam ao apoio emocional e pedagógico dos estudantes. Contudo, a intervenção dos dois profissionais contribui diretamente para melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, possibilitando uma abordagem que considera as condições sociais e emocionais dos alunos.

Além disso, a cartilha discute a necessidade de integrar esses profissionais ao sistema educacional de maneira que suas práticas estejam em consonância com os princípios da educação pública, laica e de qualidade. A intersetorialidade e o trabalho coletivo são pontos centrais para o sucesso da implementação da lei. A cartilha também ressalta que, embora haja desafios, como a falta de recursos financeiros e resistências em algumas esferas da gestão pública, a Lei 13.935/2019 constitui um avanço na garantia de direitos no campo da educação e no combate às desigualdades.

Por fim, o documento reforça o compromisso das categorias envolvidas com a promoção de uma educação mais inclusiva e acessível, onde todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham condições de desenvolver seu pleno potencial. Isso requer não apenas a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, mas também o fortalecimento de políticas públicas que garantam os recursos necessários para essa atuação.

Ademais, por meio das pesquisas documentais efetuadas, é possível observar que no tocante a atuação do Serviço Social na Educação há uma falta de materiais que articulem historicamente esta atuação. Esse contexto nos leva a refletir sobre a necessidade de um mapeamento histórico mais detalhado, que possa não apenas documentar as práticas do Serviço Social na Educação, mas também analisar as transformações que ocorreram ao longo do tempo.

Ao resgatar essa história, é possível identificar os desafios enfrentados pelos assistentes sociais, as estratégias implementadas e as conquistas alcançadas, assim como as lacunas que ainda precisam ser preenchidas para que se efetive uma educação de qualidade e acessível a todos. Essa lacuna é preocupante, pois o Serviço Social desempenha um papel fundamental na promoção da justiça social e no enfrentamento das desigualdades educacionais que ainda persistem em nossa sociedade.

Além disso, a falta de uma sistematização adequada pode impactar a formação acadêmica dos futuros profissionais da área, que necessitam entender a evolução do Serviço Social na Educação para atuar de maneira crítica e fundamentada. Assim, a falta de

documentação adequada sobre essa trajetória histórica representa um desafio significativo para a formação de novos profissionais. Os currículos dos cursos de Serviço Social muitas vezes não abordam de forma aprofundada a história da atuação na educação, limitando a compreensão dos futuros assistentes sociais sobre a importância de seu papel nesse contexto. Portanto, o resgate histórico se torna um elemento crucial não apenas para valorizar a profissão, mas também para fornecer ferramentas que os profissionais possam utilizar em suas práticas atuais. Desta forma, é observado que embora existam discussões contemporâneas acerca da importância do Serviço Social na Educação, há uma escassez de estudos que contextualizam essa atuação em sua trajetória histórica. Havendo assim, uma fragmentação das informações disponíveis, que dificultam uma compreensão mais ampla e integrada sobre como os profissionais de Serviço Social têm contribuído para a formação e o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro.

Com a promulgação da Lei nº 13.935/2019 o tema Educação e Serviço Social ganha destaque, com debates mais acalorados acerca da inserção desses profissionais da área. Contudo, fazer um resgate histórico durante o processo de implementação pode gerar frutos muito produtivos para a prática profissional.

Uma vez que o conhecimento acerca de como a atuação já ocorreu no passado pode lançar luz sobre a prática na atualidade. Pois com um olhar crítico as práticas já feitas podem se implementar metodologias, teorias, diálogos e outros, mais profundos as atuais, Portanto, torna-se imprescindível que haja profissionais da área para desenvolver recursos e materiais que promovam esse resgate histórico.

Logo, esse trabalho busca contribuir para a construção de um campo de conhecimento que valorize e reconheça a importância do Serviço Social na Educação com a particularidade para a prática em Pernambuco nas décadas de 1940-1980, promovendo o diálogo entre passado e presente. A partir dessa reflexão, espera-se que sirva como um ponto de partida para futuras investigações que possam aprofundar e enriquecer a compreensão sobre a atuação do Serviço Social na educação, fortalecendo, assim, o compromisso com a transformação social e a promoção dos direitos educacionais.

3. ASPECTOS DO SERVIÇO SOCIAL NAS DÉCADAS DE 1940-1980

3.1. Análise e reflexões acerca da atuação do Serviço Social na Educação nas décadas de 1940-1980

A partir da análise do quadro “Atuação do Serviço Social na Educação em Pernambuco entre as décadas de 1940-1980” (apêndice 1), podemos propor algumas reflexões sobre o tema. Este quadro foi constituído com base nos inventários *Renovação do Serviço Social em Pernambuco na Ditadura: Inventário do Acervo* e *Serviço Social em Pernambuco: primeiras décadas da formação e atuação profissional*, considerando o trabalho dos assistentes sociais na educação ao longo das décadas.

No quantitativo dos trabalhos, há um total de 50 documentos no quadro. Estes trabalhos se estendem do final da década de 1940 até o final da década de 1980. É importante destacar que a produção desses trabalhos, ao longo das décadas, não se deu de forma quantitativamente uniforme¹, visto que, na primeira década só se encontra um trabalho do gênero.

Já nos anos 1950, houve 5 produções TCCs de Serviço Social no campo da Educação em Pernambuco, nos anos 1960 esse número aumenta para 23, indicando uma crescente inserção na área. No entanto, na década de 1970, houve uma queda acentuada, com apenas 3 TCCs produzidos, esta queda reflete o cenário político a qual o Serviço Social estava inserido, com o auge da ditadura militar. Já nos anos 1980, houve uma retomada significativa das produções acadêmicas do Serviço Social na Educação, com um total de 20 TCCs, demonstrando um renovado vigor nas discussões e estudos sobre o tema.

Além do quantitativo de trabalhos, também é possível fazer um breve levantamento do quantitativo de autores dos TCCs. Assim, os trabalhos listados são escritos por mulheres, o que reflete a forte presença e o perfil profissional da época. Ao todo, há 128 autoras indicadas nas obras. Também é possível observar que, nos primeiros anos, as produções acadêmicas são de autoria individual, mas, no decorrer da década de 1960, as produções passam a ter uma média de até três autoras. No ano de 1958, de acordo com Silveira Jr (2020, p.97), houve uma alteração nas normas de formulação dos TCCs, com adoção de diretrizes mais rigorosas em

¹ Esta falta de uniformidade remonta a expansão e crescimento das entidades de Serviço Social. Conforme Iamamoto e Carvalho (1990, p. 228) também pontuam que “Os mecanismos de cursos intensivos para auxiliares sociais e as bolsas de estudos mantidas pelas grandes instituições que começaram a surgir a partir de 1942 foram a forma encontrada para acelerar a formação de Assistentes Sociais.”. Assim, compactuando com o avanço no número de profissionais.

termos de estrutura e fundamentação teórica, com a inclusão de múltiplas perspectivas para enriquecer o trabalho acadêmico. Essa alteração ocorre pela aproximação da atuação profissional do Serviço Social com o Desenvolvimento De Comunidade. Esta foi uma prática central no campo do Serviço Social a partir da década de 1960, especialmente no Nordeste do Brasil, onde as desigualdades sociais eram mais marcantes. É possível observar que este método corresponde a mais de 80% dos TCCs presentes no quadro.

Ainda na conjuntura da atuação do Serviço Social em Pernambuco, a presença de assistentes sociais no espaço ocupacional da Educação durante as primeiras décadas da profissão, apontam para uma particularidade do estado de Pernambuco. O que quer dizer que, na gênese do Serviço Social em Pernambuco, a Educação está presente como um dos primeiros campos ocupacionais de trabalho das assistentes sociais. Diferente da gênese dos outros Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Esta afirmativa é evidenciada ao se fazer uma contraponto com a obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* de Yamamoto e Carvalho (1990). Nela, os autores pontuam os espaços de trabalho das primeiras décadas de atuação da profissão nas frentes do Rio de Janeiro e São Paulo. Os campos de trabalho formados por entidades do Rio de Janeiro nos anos de 1939-1947 são: Juízo de Menores; Serviço Social da Prefeitura do Distrito Federal; Associação Lar Proletário; Escola de Serviço Social (Ana Nery); Serviço Social da Policlínica de Botafogo; Associação das Senhoras Brasileiras; Ministério do Trabalho (Fiscalização); Serviço Social da Imprensa Nacional; Serviço Social do Patronato da Gávea; Serviço Social da Escola Gonzaga Júnior; Serviço de Assistência ao Menor; Serviço Social do Hospital Artur Bernardes; IAPC; Legião Brasileira de Assistência; Serviço Social da Casa da Empregada; Paróquia Santa Teresinha; Serviço Social da Casa do Pobre; Escolas de Serviço Social; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Confederação dos Círculos Operários; Cia. de Seguros Sul-América; Serviço Social do Instituto de Cardiologia; Ministério da Aeronáutica IAPIA; Serviço Social do IAPM — IAPTC — CAPSPDP CAPLR — IPASE — CAPFCB; Casa do Comércio “A Exposição”; Ação Social Arquidiocesana; Serviço Social da Cia. Petropolitana de Fiação e Tecelagem; Cia. Carioca Industrial; Campanha de Redenção da Criança; Serviço Social dos Servidores da Prefeitura; a Cia. Cerâmica Brasileira Fazenda S. José (Serviço Social Rural); SESC; Fundação Leão XII; AGIR (Empresa editorial); Fábrica Bonsucesso; SESI.

Os autores também pontuam os campos de atuação dos assistentes sociais formados por entidades em São Paulo, nos anos de 1947-1949 são: Serviço Social médico; Hospital das Clínicas; Dispensário de tuberculose - Departamento de Saúde do Estado; Departamento

Estadual da Criança; Hospitais e Clínicas particulares; SESI, SENAI, Empresas particulares; Escolas de Serviço Social; Educação popular com parques infantis, Centros de Educação popular e Casas de empregadas domésticas; Os chamados menores, no Juízo de Menores; Serviço Social de Menores do Departamento de Serviço Social da Secretaria de Justiça e em Obras particulares; Coordenação de Obras sociais (Departamento de Serviço Social da Secretaria de Justiça); Previdência com o IAPI e o IAPC; Comercial com o SENAC e Empresas particulares; Procuradoria de Serviço Social (Departamento de Serviço Social da Secretaria de Justiça); Intercâmbio Internacional; Serviço Social junto a trabalhadores rurais.

Desta forma, esta singularidade na gênese do Serviço Social em Pernambuco e sua atuação no campo Educação, decorre de uma demanda da Escola de Serviço Social por assistentes sociais nas instituições educacionais. Estas demandas, refletem tanto as necessidades emergentes da população, quanto a formação de novos espaços de trabalho para os profissionais da área. Como discorre o autor a respeito da década de 1950:

A relativa expansão do ensino na década – requisito para o alcance dos padrões mínimos exigidos para a formação da força de trabalho num período de industrialização – passa a demandar progressivamente a consideração da instituição escolar pelas variáveis sociais que afetam o aprendizado e a participação regular de alunos. Ademais das necessidades de alfabetização acumuladas com o déficit educacional e da disparidade cultural de uma fração da classe trabalhadora que, expulsa do campo e socializada para a agricultura e a vida rural, passa a compor as fileiras do proletariado no espaço urbano. Assim, além das modalidades tradicionais de aplicação do Serviço Social de Casos para a solução dos “desajustamentos econômicos” de crianças e famílias ligadas às escolas, o Serviço Social na Educação se propõe a estender uma ação educativa complementar entre grupos e com abordagem comunitária. (Silveira Jr, 2020, p.109 e -110).

Contudo, tendo em vista delinear a particularidades desta atuação do Serviço Social na Educação em Pernambuco, é importante refletir que segundo Ghiraldelli (2000), a educação popular nessa época se caracterizava por ações pontuais e locais, muitas vezes conduzidas por movimentos sociais e religiosos, que buscavam preencher a lacuna deixada pelo Estado.

Esta distinção é importante pois, por meio dela é possível traçar um paralelo com o estudo de Iamamoto (2007). Neste estudo, a autora remonta o surgimento do Serviço Social no Brasil em um contexto de modernização conservadora, em que o Estado buscava integrar as classes populares ao novo modelo econômico, mas sem promover uma ruptura com a ordem social vigente.

O paralelo deste dois autores, refletem essa realidade pernambucana ao evidenciar que atuação precoce do Serviço Social foi mobilizada com a finalidade de atuar em áreas estratégicas, como Assistência, Educação, Saúde, trabalho e desenvolvimento de comunidade,

para a manutenção da ordem social. Porém, em alguns casos, abre espaços para práticas que buscavam a transformação das condições de vida das classes populares por meio da Educação.

3.2 Os segmentos encontrados na análise dos espaços ocupacionais na Educação nas décadas de 1940-1980

Os TCCs presentes no quadro “Atuação do Serviço Social na Educação em Pernambuco entre as décadas de 1940-1980” (apêndice 1), abrangem diversos espaços ocupacionais. Por meio da sistematização e análise dessas informações é possível observar que há espaços ocupacionais que encontram-se como na base da inserção de outros. Desta forma, para organizar melhor essas informações e segmentar os campos de trabalho ao longo dos anos, podemos agrupá-las em categorias principais e dentro destas categorias é possível listar entidades e programas relevantes.

O primeiro segmento a ser destacado é o das Instituições Educacionais, a base deste grupo é o Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, atuante na década de 1950 até a década de 1970 e a Secretária de Educação de Pernambuco, esta aparece nos anos de 1980. Para continuidade da análise deste segmento, é importante pontuar que no TCC *A requisição do Serviço Social na Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco*, que também se encontra no quadro, escrito por Lima (1985), o autor pontua não se tratar de duas instituições distintas, mas sim uma instituição que passa por reestruturação nas décadas de 1960-1970, durante o período ditatorial brasileiro. Esta instituição possui um alto grau de relevância para a atuação do Serviço Social Educacional na época, contendo o maior número de trabalhos de conclusão de curso do quadro analisado, sendo base para a ramificar várias outras escolas.

Das escolas que faziam parte da Secretaria de Educação e Cultura estão a Escola Ulisses Pernambucano, o Grupo Escolar Frei Caneca, as Escolas Reunidas "Mota e Albuquerque" situadas em Casa Amarela, a Escola de Especialização Rural "Murilo Braga", o Grupo Escolar Rural "Heróis da Restauração", o Grupo Escolar "Clotilde de Oliveira", o Grupo Escolar "Ageu Magalhães", o Grupo Escolar "Mathias de Albuquerque" e o Grupo Escolar "Caio Pereira".

A partir dos anos 1980, a Secretaria de Educação de Pernambuco assume maior visibilidade no cenário educacional. As escolas que pertencem a essa fase incluem o Centro Pré-escolar Bernard Van Leer - Secretaria de Educação de Pernambuco, a Escola Rotary, a Mini Escola Cristo Libertador, o Educandário Magalhães Bastos - Santa Casa de Misericórdia do

Recife - Fundação Guararapes, a Escola Maestro Nelson Ferreira e a Escola Reunida Dr. Samuel Gonçalves.

Neste segmento, o Serviço Social se envolvia diretamente com a questão Educacional, oferecendo suporte psicossocial a alunos e famílias, promovendo a inclusão escolar e desenvolvendo programas de assistência que visavam garantir a permanência e o sucesso escolar de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. As assistentes sociais atuavam na identificação de problemas sociais que afetavam o desempenho acadêmico dos alunos, realizando intervenções junto às famílias e à comunidade escolar.

O segundo segmento de destaque são as Organizações Religiosas e Paróquias. De acordo com a análise do quadro, estas organizações atuaram nas décadas de 1950 a 1970. Nelas estão os seguintes espaços ocupacionais: a Juventude Operária Católica (J.O.C.), o Movimento de Educação de Bases (MEB) - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Paróquia do Espinheiro, Congregação de Religiosas da Instrução Cristã, a Santa Casa de Misericórdia do Recife - Fundação Guararapes e a Igreja Católica Nossa Senhora dos Remédios.

Nesse segmento, o Serviço Social se envolvia com a questão da Educação promovendo atividades educativas, tanto formais quanto informais, voltadas para a formação moral e cívica dos indivíduos. As assistentes sociais também atuavam na orientação de crianças e jovens, desenvolvendo programas de alfabetização, integrando práticas religiosas com a promoção de valores educativos e sociais.

O terceiro segmento a ser destacado nesses espaços ocupacionais são os Programas e Campanhas de Assistência. De acordo com a análise do quadro, estes programas atuaram nas décadas de 1950 a 1980. Neste agrupamento estão a Campanha Educativa - Departamento Nacional da Criança (DNCr) e Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI-UNESCO), a Campanha Educativa do Plano DNCr-FISI - Posto de Puericultura Tôres Galvão - Clube de Mães de Beberibe, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Comissão Municipal de Educação Básica para Jovens e Adultos - Prefeitura da Cidade do Recife e Fundação Guararapes. Neste segmento podemos destacar a Fundação Guararapes. De acordo com Lima (1995, p.73), “a Fundação não apenas auxiliou diretamente as populações em situação de vulnerabilidade, mas também serviu como modelo de boas práticas para outras instituições e programas de serviço social no estado”.

Contudo, no segmento dos Programas e Campanhas de Assistência, o Serviço Social envolvia-se com o campo educacional com a promoção das ações educativas voltadas para o bem-estar social e a prevenção de problemas no desenvolvimento infantil e juvenil. As

assistentes sociais desenvolviam atividades de conscientização junto às famílias sobre a importância da educação. Também atuavam na mobilização comunitária e no fortalecimento de redes de apoio, garantindo o acesso aos direitos sociais e educacionais, buscando diminuir as desigualdades sociais que poderiam impactar o acesso à educação.

O quarto segmento a ser citado está composto pelos Movimentos Comunitários e Culturais. Conforme a análise do quadro, estes movimentos atuaram na década de 1960. Fazem parte destes o Movimento de Cultura Popular. Este foi um importante movimento de Educação e Cultura que surgiu em Pernambuco na década de 1960. Ele atuou em diversas frentes, como o Movimento de Educação de Bases, sendo importante referenciar que este movimento não está ligado com o MEB, que se relaciona com a igreja católica e está presente em outro segmento. O MCP também atuou nas frentes de formação de professores, produção cultural e também de comunicação por meio do Teatro Popular do Nordeste (TPN), do Cinema Educativo, e dos grupos de música popular e da imprensa. Desta forma, o MCP conseguiu envolver boa parte da população pernambucana nas suas atividades. Em suas ações, o MCP também incluiu a publicação de livros, a produção de jornais e de folhetos que estavam voltados para a alfabetização e a conscientização política da população.

O MCP foi influenciado pelas ideias pedagógicas do educador Paulo Freire, e teve um papel crucial na disseminação do método de alfabetização de adultos desenvolvido por ele. Em 1964, com o golpe militar, o MCP foi extinto, e muitos de seus membros foram perseguidos e presos. No entanto, seu legado permaneceu vivo na memória cultural de Pernambuco e do Brasil, sendo reconhecido como uma das experiências mais ricas e inovadoras de educação popular no país.

Neste segmento, o Serviço Social se aproxima do âmbito educacional promovendo a conscientização política e social através de ações educativas comunitárias, focando na formação de uma cidadania crítica. Assistentes sociais atuavam diretamente com as comunidades, facilitando o acesso a práticas culturais e educativas, como cursos de alfabetização de adultos, círculos de debates e grupos de teatro, todas voltadas para o desenvolvimento de uma educação popular baseada nas necessidades e realidades da população local.

O quinto segmento a ser destacado nesses espaços ocupacionais são os de Projetos Sociais. De acordo com a análise do quadro, esses projetos atuaram nas décadas de 1960 a 1980. Neste segmento se encontra a Operação Esperança, que foi promovida principalmente pela Igreja Católica, e fazia parte de um conjunto de ações voltadas para o combate à pobreza e à desigualdade social durante o período da ditadura militar no Brasil. Neste contexto, o Serviço

Social se envolvia com a questão da Educação ao colaborar na implementação de programas educativos e de capacitação que visavam promover a autonomia e o desenvolvimento das comunidades atendidas. Os assistentes sociais participavam na elaboração e execução de atividades educacionais que incluíam a alfabetização de adultos e crianças, além de oferecer oficinas e cursos voltados para o desenvolvimento de habilidades práticas e sociais. O Serviço Social desempenhava um papel crucial nesse projeto, facilitando o acesso a recursos educacionais e sociais, coordenando atividades que promoviam a inclusão escolar e o desenvolvimento pessoal, e garantindo que as necessidades educativas e de bem-estar das famílias fossem atendidas de maneira abrangente.

Com a análise do quadro “Atuação do Serviço Social na Educação em Pernambuco entre as décadas de 1940-1980” (apêndice 1), também há espaços ocupacionais como o Instituto de Treinamento e Aprendizagem de Menores. Esse instituto se destacou como um modelo de intervenção social que aliava educação, trabalho e assistência social. O Serviço Social se envolvia no âmbito da Educação com uma atuação na orientação e apoio aos jovens em situação de vulnerabilidade, promovendo atividades de capacitação profissional e educacional. Assistentes sociais realizaram acompanhamentos individuais e coletivos, a implementação de programas de alfabetização e ensino técnico, e a facilitação de acesso a recursos educacionais e oportunidades de emprego. Além disso, trabalhavam na integração dos jovens com a comunidade escolar e profissional, ajudando a criar um ambiente educativo mais inclusivo e estimulante

Portanto, a análise desses espaços ocupacionais aponta as diferenças deles ao longo das décadas. Desta forma, remonta os movimentos existentes no Serviço Social no campo da Educação e as suas mudanças ao longo das décadas. Partindo desses pressupostos, os métodos utilizados pelos assistentes sociais nas instituições educacionais e comunidades mostram uma clara evolução ao longo das décadas.

3.3 Retrospecto dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social com ênfase na Educação em Pernambuco nas décadas de 1940-1980

Na década de 1940, de acordo com os inventários do MEHSSPE, *Serviço Social Pernambuco: primeiras décadas da formação e atuação profissional* das décadas de 1940-1960 e *Renovação do Serviço Social em Pernambuco na ditadura* das décadas de 1970-1980, foi fundada a Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESSPE). Esta instituição tornou-se um espaço significativo para o desenvolvimento das ideias de Freire, especialmente no campo da

educação popular e alfabetização de adultos. Freire atuou na ESSPE como docente, ministrando a disciplina Pedagogia e Relações Humanas, além de participar ativamente da supervisão de estágios e de integrar o Conselho Técnico Administrativo da escola.

Os espaços ocupacionais na década 1940 para assistentes sociais em Pernambuco eram limitados e restritos a algumas instituições, como a Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESSPE), o Juizado de Menores, e outras agências sociais ligadas a hospitais, fábricas e serviços comunitários. Além da Escola Ulisses Pernambucano, desempenhou um papel crucial na aproximação entre o Serviço Social e a educação em Pernambuco, facilitando a aplicação de intervenções sociais no ambiente escolar e contribuindo para o desenvolvimento de uma prática profissional mais integrada e contextualizada.

Foi uma instituição educacional significativa em Pernambuco que se destacou por seu papel na promoção da educação e no desenvolvimento social durante a década de 1940. Criada com o objetivo de oferecer uma educação de qualidade, a escola foi pioneira em diversos aspectos pedagógicos e sociais na época. A aproximação da Escola Ulisses Pernambucano com o Serviço Social foi marcada por uma colaboração que visava integrar a prática social ao ambiente educacional. O Serviço Social, em seus primórdios no estado, buscava consolidar sua atuação em diferentes frentes, e a parceria com instituições educacionais como a Escola Ulisses Pernambucano foi um passo importante nesse processo.

Assim, na década de 1940, a Escola Ulisses Pernambucano serviu como um espaço onde assistentes sociais podiam desenvolver e aplicar suas práticas diretamente no contexto escolar. Essa colaboração era significativa para a implementação de programas de assistência social, especialmente voltados para crianças e adolescentes, que eram o principal público-alvo do Serviço Social na época. Os assistentes sociais envolvidos com a escola trabalhavam na identificação e no atendimento das necessidades dos alunos, promovendo suporte psicossocial e ajudando na integração das famílias à vida escolar. Além disso, a escola se tornou um campo fértil para o desenvolvimento de práticas inovadoras em Serviço Social, alinhando-se com os objetivos de promoção do bem-estar social e educativo.

O Serviço Social, nesse período, estava em um estágio emergente, com sua intervenção profissional caracterizada pelo foco no "desajustamento social" e pela aplicação do Serviço Social de Casos. O público-alvo principal incluía crianças, adolescentes e mulheres das classes trabalhadoras. Instituições como o Juizado de Menores do Recife e o Conjunto Residencial de Casa Amarela foram alguns dos primeiros espaços onde se estruturou formalmente a prática do

Serviço Social. No entanto, a atuação ainda era limitada, com poucas agências e recursos, e muitas vezes dependente de iniciativas individuais ou de condições políticas favoráveis.

O Serviço Social também teve papel pioneiro em movimentos como os Círculos Operários, vinculados à Ação Católica, onde o foco estava na assistência social e na formação de lideranças operárias em consonância com o Estado Novo, refletindo uma ideologia anticomunista. No campo governamental, o primeiro espaço formal de trabalho foi a Divisão de Assistência Social da Vara de Menores Abandonados e Delinquentes, que inicialmente tinha um caráter mais empírico, mas evoluiu para práticas mais técnicas com a racionalização do ensino e a incorporação de assistentes sociais em diversas instituições nacionais (Lyra, 1985).

Assim, nas primeiras décadas da profissão, o Serviço Social em Pernambuco estava configurado de maneira a responder às necessidades sociais emergentes, com uma formação e espaços ocupacionais e de trabalho que refletiam as demandas da época. Em 1950, os espaços ocupacionais do Serviço Social em Pernambuco começaram a se diversificar, refletindo as mudanças na economia e nas políticas sociais da época. Inicialmente restritos a poucas instituições, começaram a se expandir, ainda que de forma limitada, acompanhando o crescimento das indústrias e a modernização das administrações municipais.

Em 1953, Freire começou a lecionar a disciplina "Pedagogia e Relações Humanas" na ESSPE, inserindo-se em um contexto de reformas no ensino do Serviço Social, que já não incluía uma orientação católica explícita. Sua participação como docente, examinador e membro do Conselho Técnico Administrativo da ESSPE destacou sua influência na formação dos futuros assistentes sociais e na consolidação da profissão em Pernambuco. Freire também atuou diretamente na orientação de trabalhos de conclusão de curso (TCC), onde se observa sua tentativa de conciliar teoria e prática, refletindo uma tendência progressista dentro da instituição.

Durante esse período, o Serviço Social passou a atuar em diversas áreas, como saúde pública, habitação social, assistência rural, educação, e justiça, embora muitas dessas inserções fossem embrionárias e carecessem de reconhecimento institucional. As intervenções eram majoritariamente direcionadas a crianças, adolescentes e mulheres das classes trabalhadoras, com ênfase no Serviço Social de Casos, influenciado pela psicologia e psiquiatria, e uma abordagem incipiente de organização comunitária.

Este período também marcou o início de uma diferenciação técnica no campo do Serviço Social, com o surgimento de novas metodologias, como o Serviço Social de Grupos e a Organização de Comunidade, além da introdução de estudos e pesquisas sociais. Contudo, a

expansão do mercado de trabalho para assistentes sociais em Pernambuco, apesar de notável, foi limitada pelo contexto econômico e político regional, refletindo a estruturação das políticas sociais do Estado Novo e a lenta modernização da economia local .

Sendo assim, a formação dos assistentes sociais durante esse período era centrada na intervenção direta e individualizada. A educação em Serviço Social focava na preparação técnica e metodológica, com ênfase no Serviço Social de Caso, que prestava assistência individualizada. Além disso, o Serviço Social Escolar foi introduzido nas escolas primárias com o objetivo de enfrentar a deserção escolar, ou seja, a evasão de alunos das instituições de ensino. Esse enfoque visava identificar e abordar as causas que levavam os estudantes a abandonar a escola, oferecendo suporte tanto aos alunos quanto às suas famílias para promover a permanência e o sucesso escolar.

Esse cenário estava alinhado com as transformações observadas em outras regiões do Brasil, especialmente no Sudeste, embora em Pernambuco o desenvolvimento fosse mais tardio, devido à economia agroexportadora e à falta de um impulso industrializante até a criação da SUDENE na década seguinte.

Desta forma, na década de 1960 predominam o Serviço Social de Grupo, aplicado em clubes de mães e escolas para promover e desenvolvimento social em grupo; Organização Social de Comunidade envolvendo mobilização e participação comunitária; Também se destaca a Educação de Adultos, com introdução de técnicas para a educação de adultos em contextos operários e comunitários.

Na década de 1960, em Pernambuco, houve uma significativa ampliação dos espaços ocupacionais para assistentes sociais, particularmente dentro do aparelho estatal. Este fenômeno refletiu a crescente demanda por profissionais de Serviço Social, impulsionada pela expansão das políticas governamentais e pelas necessidades emergentes das comunidades locais.

Os espaços tradicionais de atuação, como hospitais, instituições psiquiátricas, escolas, e organizações como a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Serviço Social da Indústria (SESI), foram acompanhados pelo surgimento de novas frentes de trabalho, especialmente na organização e desenvolvimento de comunidades, promovidas tanto pela Igreja quanto por órgãos governamentais e convênios internacionais (Vieira, 1992).

As décadas seguintes viram a intensificação do desenvolvimento comunitário como um espaço importante para a intervenção do Serviço Social em Pernambuco, destacando-se as ações apoiadas por convênios com a SUDENE e organismos internacionais, como a USAID e

o UNICEF. Estas iniciativas consolidaram o papel dos assistentes sociais na gestão de projetos comunitários e na assistência a grupos vulneráveis, alinhando-se ao contexto político e econômico da época (Ammann, 2003).

No entanto, o golpe militar que ocorreu em 1º de abril de 1964 interrompeu essa trajetória de avanços progressistas. A repressão às tendências reformistas e a perseguição a intelectuais resultaram no afastamento de Freire, que lecionava na ESSPE desde 1953 e desempenhou um papel significativo na reformulação das práticas pedagógicas, foi removido de suas funções na instituição devido à sua posição política e suas ideias progressistas, que entraram em conflito com o regime militar instaurado.

De acordo com o estudo de Soares (2022), a decisão de afastá-lo foi parte de um contexto mais amplo de repressão política e censura durante a ditadura militar no Brasil. Freire enfrentou perseguições e foi preso por um período, sendo posteriormente forçado ao exílio. Esse afastamento fez parte de um contexto mais amplo de repressão política e censura que marcou a ditadura militar no Brasil.

Ainda de acordo com a autora, o afastamento de Freire da ESSPE marcou o fim de uma fase significativa de sua contribuição direta à instituição. No entanto, seu legado permaneceu influente na educação e no Serviço Social no Brasil e na América Latina nas décadas seguintes, refletindo o impacto duradouro de suas ideias e métodos (Soares, 2022).

Freire enfrentou perseguições e foi preso por um período, sendo posteriormente forçado ao exílio. Seu exílio começou em 1964 e se estendeu até 1979. Durante esse tempo, Freire continuou a influenciar a educação e o Serviço Social fora do Brasil, por meio de suas obras e práticas pedagógicas inovadoras

Durante a década de 1970, a atuação dos assistentes sociais expandiu-se para incluir uma colaboração mais estreita com movimentos sociais e instituições religiosas, além de uma crescente integração com projetos governamentais. A criação de programas voltados para a educação popular e a promoção da cidadania tornou-se um foco importante, influenciado por abordagens que combinavam técnicas tradicionais e inovações metodológicas (Silveira Júnior, 2020).

Neste período houve a integração de múltiplos métodos, uma combinação de Serviço social de casos, grupos e desenvolvimento comunitário em projetos educacionais e comunitários. Além de projetos específicos e parcerias, o aumento da colaboração com movimentos sociais, instituições religiosas e projetos governamentais. Os assistentes sociais em Pernambuco se envolveram em projetos que visavam o desenvolvimento comunitário,

enfazando a formação de lideranças locais e a implementação de iniciativas que abordavam questões sociais e econômicas emergentes. As parcerias com organizações como a SUDENE e a Fundação Estadual de Bem-Estar ao Menor, bem como com movimentos sociais e religiosos, possibilitaram uma intervenção mais eficaz nas comunidades, promovendo a inclusão social e o fortalecimento de redes de apoio (Ammann, 2003).

Durante a década de 1970, a atuação dos assistentes sociais expandiu-se para incluir uma colaboração mais estreita com movimentos sociais e instituições religiosas, além de uma crescente integração com projetos governamentais. A criação de programas voltados para a educação popular e a promoção da cidadania tornou-se um foco importante, influenciado por abordagens que combinavam técnicas tradicionais e inovações metodológicas (Silveira Júnior, 2020).

A década de 1970 viu também a consolidação de novas práticas e abordagens no Serviço Social, com uma ênfase maior na educação popular e no trabalho com grupos comunitários, alinhando-se com as tendências nacionais e internacionais da época. Essa abordagem integrada refletiu a busca por soluções mais abrangentes e sustentáveis para os problemas sociais, marcando um período de inovação e expansão para a profissão em Pernambuco (Vieira, 1992). No âmbito da política de educação, nas décadas de 1970 e 1980, o Serviço Social consolida a sua presença na área educacional, especialmente em Pernambuco. Por meio de iniciativas voltadas para a resolução de problemas de "desajustamento escolar" e a promoção da participação comunitária.

Este período foi marcado por uma crescente demanda por estagiárias de Serviço Social nas Escolas, tendo destaque para o Projeto Arco-Íris, que proporcionou uma importante abertura de campo para o Serviço Social Escolar. Esse projeto foi iniciado com a parceria entre a Secretaria de Educação de Pernambuco (SE-PE) e a Fundação Bernard Van Leer, da Holanda, visava implementar uma abordagem inovadora e comunitária na educação pré-escolar, ampliando o escopo de atuação das estagiárias, que passaram a utilizar técnicas como dinâmicas de grupo para fortalecer a participação da comunidade na vida escolar (Méndez *et al.*, 1988; Leitão *et al.*, 1985).

Além deste projeto, outros espaços de estágio, como a Comissão Municipal de Educação Básica e instituições filantrópicas, também se destacaram como importantes cenários para a atuação das estagiárias, que buscavam integrar a comunidade escolar e fomentar o senso crítico entre os participantes.

Nesta conjuntura, conforme Soares (2022), a presença de Freire na ESSPE continuou a influenciar a formação e a prática dos assistentes sociais, especialmente no contexto da reconceitualização do Serviço Social brasileiro nas décadas de 1970 e 1980. Assim, os movimentos que buscavam romper com o conservadorismo da profissão, encontraram em Freire uma referência fundamental para a construção de uma prática educativa crítica e transformadora.

Em síntese, o legado de Freire na ESSPE não se restringiu ao período de sua atuação direta na instituição, mas perdurou através da influência de suas ideias nas práticas pedagógicas e nas reflexões acadêmicas dos profissionais formados na escola. Assim, a relação de Paulo Freire com a ESSPE foi caracterizada por uma profunda contribuição para a formação crítica dos assistentes sociais, que se estendeu para além de sua presença física na instituição, influenciando as gerações subsequentes e fortalecendo o compromisso do Serviço Social com a transformação social.

3.4 Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco

A partir do quadro "Atuação do Serviço Social na Educação em Pernambuco entre as décadas de 1940-1980" (apêndice 1), é possível refletir sobre a importância e o papel desempenhado pelas Secretarias de Educação do Estado de Pernambuco nesse período. A análise indica que essas secretarias tiveram um papel fundamental no desenvolvimento de políticas educacionais e na implementação de programas voltados para a escolarização básica e a inclusão social. Segundo o estudo de Costa (1949), essas secretarias, especialmente a Secretaria de Educação de Pernambuco, estavam intrinsecamente ligadas à promoção do Serviço Social Escolar, prática que visava enfrentar e minimizar os problemas sociais e educacionais que afetam as comunidades. Costa (1949) argumenta que a educação em Pernambuco, nesse período, era vista como um instrumento crucial para o desenvolvimento social e econômico do estado, tornando-se um campo de disputa política e social, onde diferentes grupos buscavam influenciar as direções das políticas públicas.

Antes da reestruturação, a Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco tinha como foco principal a administração e gestão das políticas educacionais do estado, incluindo a organização das escolas, a supervisão do currículo escolar e a formação de professores. Essa secretaria, como pontua Lima *et al.* (1985), também era responsável pela promoção e incentivo à cultura, buscando integrar as políticas culturais e educacionais para atender às demandas de um sistema educacional que buscava modernizar-se e expandir suas ações. As Secretarias de Educação tinham a missão de ampliar o acesso à educação básica, combater o analfabetismo e

promover a inclusão social através de programas educativos voltados para as comunidades mais pobres. Além disso, como destaca Lima *et al.* (1985), a Secretaria de Educação de Pernambuco (SE-PE) foi um campo essencial para o desenvolvimento do conhecimento profissional na área escolar, sendo foco de vários Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) que refletiam sobre a prática de estágio, a participação comunitária e a crítica ao assistencialismo predominante nas instituições educacionais da época.

A transição da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco para a Secretaria de Educação de Pernambuco reflete um processo mais amplo de reestruturação administrativa que ocorreu em diversas partes do Brasil, especialmente durante as décadas de 1960 e 1970. Esse período foi marcado por profundas transformações nas políticas públicas educacionais, influenciadas tanto por mudanças internas quanto pelo contexto político nacional, como a instalação do regime militar em 1964. Inicialmente, a Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco tinha a responsabilidade de gerir tanto as políticas educacionais quanto as culturais do estado. Entretanto, os movimentos políticos e a reestruturação das políticas públicas no Brasil, especialmente após o regime militar, afetaram significativamente o trabalho dessas secretarias.

A partir desse ponto, as Secretarias de Educação, que anteriormente possuíam certa autonomia na formulação de políticas educacionais, passaram a ser controladas mais rigidamente pelo governo central. De acordo com Martins (1980), esse período foi caracterizado pela implementação de uma série de reformas que visavam alinhar o sistema educacional aos interesses do regime, muitas vezes em detrimento de uma educação crítica e emancipadora. O autor também observa que, as reformas educacionais implementadas durante o regime militar, apesar de apresentarem uma narrativa de modernização e eficiência, ajudaram a consolidar o controle do Estado sobre o sistema educacional e a reprimir os movimentos sociais e estudantis que lutavam por uma educação mais democrática. Desta forma, muitos dos programas implementados tinham caráter assistencialista. Conforme Lima *et al.* (1985), esses programas estavam mais focados em atender necessidades imediatas e emergenciais das populações vulneráveis do que em promover mudanças estruturais profundas na educação. Neste contexto, o assistencialismo na educação frequentemente contribuiu para preservar a situação existente, em vez de efetivar uma mudança significativa nas condições de vida e na qualidade da Educação.

Inúmeros TCCs da época refletiram essas preocupações, explorando temas como a prática de estágio em comunidades carentes e a relação entre educação e transformação social.

Visto que as mudanças que ocorreram entre as décadas de 1960 e 1970 refletem uma reestruturação administrativa dentro do órgão, a Secretaria de Educação e Cultura foi reorganizada para separar as áreas de cultura e educação, resultando na criação de secretarias distintas, cada uma com um foco específico. Segundo Lima *et al.* (1985), essa transformação foi parte de um processo mais amplo de modernização administrativa, comum em vários estados brasileiros, influenciado tanto pela conjuntura política nacional quanto por novas abordagens em relação à gestão pública e ao papel do Estado na educação.

A reestruturação levou à separação das áreas de educação e cultura, resultando na criação de duas secretarias distintas: a Secretaria de Educação de Pernambuco e a Secretaria de Cultura de Pernambuco. Essa divisão permitiu a cada órgão focar em suas respectivas áreas de atuação, promovendo uma gestão mais especializada e eficiente, além de uma coordenação mais aprimorada das políticas públicas, o que resultou no progresso, na qualidade e na ampliação dos serviços disponibilizados, como afirma Martins (1980). Em consonância com essa reflexão, Lima *et al.* (1985) também reflete que essa transformação teve um papel fundamental na adequação das políticas públicas, as mudanças sociais e econômicas, além de favorecer o desenvolvimento de uma Educação mais inclusiva e com mais qualidade.

Portanto, a reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura na Secretaria de Educação de Pernambuco refletiu uma mudança estratégica na administração pública, onde a educação passou a ser vista como uma prioridade distinta e autônoma, demandando uma abordagem mais focada e eficiente para enfrentar os desafios educacionais do estado. A nova configuração trouxe mudanças significativas no foco e nas responsabilidades da Secretaria, permitindo uma abordagem mais especializada na educação e contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino, ampliação do acesso à educação básica e a implementação de políticas públicas que buscavam reduzir as desigualdades educacionais no estado.

Ainda nesta conjuntura, a obra *Política de Estado e Prática Social* de Maria Hernlinda Borges Oliva reforça os argumentos acima apresentados. Conforme a autora, as políticas educacionais desenvolvidas durante o período de 1940 a 1980 refletem a dualidade entre os interesses do Estado e as demandas sociais. A autora Oliva (1987, p. 45), discute como as políticas públicas no campo educacional são frequentemente influenciadas pela necessidade de controle social, exercido pelo Estado, ao mesmo tempo em que buscam atender às camadas populares. Este cenário fica explícito nas ações da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, que, embora promovesse a escolarização básica, enfrentava a pressão para controlar o acesso ao conhecimento e às práticas educativas.

Ademais, Oliva (1987, p. 50) aponta que as políticas assistencialistas, em muitos casos, atuavam com o intuito de neutralizar as forças sociais que almejam transformações estruturais no sistema educacional e inclusão social. Desta forma, mesmo com um discurso voltado à modernização e inclusão, as ações da Secretaria perpetuavam a ação do sistema vigente, dificultando uma real emancipação. Oliva (1987, p. 63) também argumenta que a falta de conexão entre a prática social e um projeto político mais amplo que visa uma transformação reforça as desigualdades existentes na sociedade. Esta perspectiva lança luz para compreender a atuação da Secretaria de Educação de Pernambuco nesse período.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou resgatar a atuação do Serviço Social na Educação em Pernambuco entre as décadas de 1940 e 1980. Para isso, foram utilizados acervos e inventários com TCCs produzidos nesse período, artigos acadêmicos sobre o tema da educação, livros e documentos que enriquecem o debate sobre a inserção dos assistentes sociais no contexto educacional.

A pesquisa permitiu um resgate histórico sobre como os assistentes sociais em Pernambuco contribuíram para a educação ao longo dessas décadas, especialmente no desenvolvimento e implementação de políticas educacionais. Ao mesmo tempo, esse levantamento traz subsídios importantes para as discussões contemporâneas, como aquelas relacionadas à Lei nº 13.935, que regulamenta a presença de assistentes sociais e psicólogos no ensino básico.

O estudo resgatou práticas e iniciativas que, além de historicamente relevantes, têm impacto direto nos debates atuais sobre o papel do Serviço Social na educação. As contribuições deste trabalho se mostram pertinentes, tanto para a compreensão do contexto histórico quanto para a formulação de políticas que promovam uma educação mais inclusiva e equitativa.

O desenvolvimento deste trabalho precisou ser realizado dentro de um prazo limitado, o que impôs a necessidade de planejar a pesquisa de forma eficiente. Com apenas três meses disponíveis, foi essencial definir um objeto de estudo que estivesse de acordo com esse prazo reduzido. Esse fator influenciou diretamente na escolha do tema e na metodologia aplicada, garantindo que a investigação fosse conduzida de maneira viável e dentro dos prazos estabelecidos.

Diante dessa limitação de tempo, foi preciso priorizar aspectos específicos do tema e limitar o objetivo da pesquisa. Assim, a escolha por um enfoque bem delimitado permitiu que a análise conseguisse ganhar algum aprofundamento, mesmo diante das dificuldades de tempo. A seleção das fontes e a objetividade na coleta e interpretação dos dados foram cruciais para que o trabalho atingisse seus objetivos dentro do cronograma proposto. Para assim, ser possível realizar uma investigação consistente, mesmo com o tempo reduzido, abordando o objeto de estudo de forma adequada e pertinente.

No decorrer da pesquisa, foi percebido a ausência de trabalhos que trazem, de maneira mais detalhada, os dados quanto ao Serviço Social na Educação, em especial no período inicial da profissão no Brasil. Esse fato evidencia uma lacuna importante na literatura acadêmica, pois, apesar da relevância histórica da inserção dos assistentes sociais nas políticas educacionais desde as primeiras décadas do século XX, há escassez de registros e análises aprofundadas sobre o papel desempenhado por esses profissionais nesse contexto específico.

A carência de material disponível torna-se ainda mais evidente quando buscamos compreender como o Serviço Social contribuiu para a construção e implementação das reformas educacionais e como suas práticas foram moldadas por influências políticas, sociais e econômicas ao longo do tempo. Essa falta de documentação sistemática limita não apenas o resgate histórico, mas também o avanço nas discussões sobre o impacto que os assistentes sociais tiveram na educação e na formação das políticas públicas voltadas para esse setor.

Essa ausência de estudos mais consistentes destaca a necessidade de novos esforços de pesquisa voltados para o aprofundamento do entendimento sobre as origens e o desenvolvimento da atuação dos assistentes sociais na educação. Assim, futuros trabalhos podem contribuir para preencher essa lacuna, trazendo à tona dados mais robustos sobre esse período inicial da profissão e permitindo que seja traçado um panorama mais completo sobre o Serviço Social no contexto educacional.

Para a elaboração desse estudo, fez-se necessário ter como ponto de partida os aspectos atuais nos debates quanto à atuação profissional do Serviço Social na Educação, tendo em vista a evolução histórica e as transformações sociais e políticas que moldaram esse campo ao longo do tempo. A análise do papel dos assistentes sociais nas reformas educacionais revela como a profissão foi influenciada por contextos históricos, como a Constituição de 1934 e as políticas do Estado Novo, que direcionaram a educação para uma função de controle social e formação de uma mão de obra disciplinada.

Nas décadas de 1930 e 1940, a inserção do Serviço Social na educação começou a se destacar, com publicações que abordavam a atuação dos assistentes sociais em diferentes áreas, incluindo o contexto escolar. Essa atuação, porém, era ainda limitada por uma concepção de educação que não reconhecia o direito universal à educação, mas sim a via como um instrumento de adaptação social. A influência de valores morais e normas sociais, principalmente da Igreja Católica, também moldou a prática dos assistentes sociais, que buscavam promover a integração das classes populares ao sistema vigente.

Com o avanço das décadas, especialmente a partir dos anos 1960 e 1970, surgiram novas correntes críticas que questionam o papel produtivista da Educação e a necessidade de uma abordagem mais emancipatória. Contudo, a ditadura militar impôs desafios significativos à educação e à atuação dos assistentes sociais, que continuaram a enfrentar a resistência a mudanças estruturais.

A partir da década de 1980, um processo de reconceitualização do Serviço Social começou a emergir, em consonância com os movimentos sociais e as teorias críticas que propunham uma nova perspectiva para a profissão. A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 representaram marcos importantes, ao estabelecerem a educação como um direito de todos e a responsabilidade do Estado.

Nesse contexto, a atuação do assistente social nas escolas passou a se reconfigurar, com foco na implementação de políticas inclusivas e na garantia de acesso e permanência de alunos em situação de vulnerabilidade social. A intervenção dos assistentes sociais se tornou mais articulada às lutas sociais e aos movimentos de base, buscando promover igualdade e justiça social.

Contudo, apesar dos avanços legais e das mudanças na concepção de educação, ainda existem barreiras estruturais que dificultam a efetiva implementação dessas políticas educacionais inclusivas, especialmente em áreas de alta vulnerabilidade social. Assim, a trajetória do Serviço Social na educação reflete um movimento de transformação, que, embora tenha avançado em direção a uma abordagem crítica e comprometida com a inclusão social, ainda enfrenta desafios significativos em sua atuação prática.

Essa reflexão permite concluir que a atuação do assistente social nas reformas educacionais é um campo dinâmico e em constante evolução, que demanda um olhar crítico e comprometido com as realidades sociais. A inserção do Serviço Social na educação deve continuar a ser analisada e discutida, não apenas em seu contexto histórico, mas também à luz das atuais demandas e desafios sociais, visando contribuir para uma educação que promova verdadeiramente a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos.

Neste aspecto, a pesquisa também se propôs a refletir a respeito das legislações e políticas públicas educacionais, especialmente a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, e as leis recentes como a Lei nº 13.935/2019 e a Lei nº 14.819/2024, demonstra um compromisso crescente com a educação como um direito de todos os cidadãos.

Neste viés, a Constituição de 1988 estabelece a educação como um dever do Estado e um direito do cidadão, promovendo princípios de igualdade e inclusão. Nesse contexto, a LDB proporciona diretrizes que orientam a organização da educação nacional, enfatizando a importância de uma formação crítica e inclusiva. As legislações mais recentes, em particular, reforçam a necessidade da inclusão dos profissionais de Serviço Social nas escolas, reconhecendo a relevância do suporte psicossocial para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Já a Lei nº 13.935/2019, ao garantir a presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas, visa a criação de um ambiente escolar mais saudável e inclusivo. Essa mudança é crucial para enfrentar desafios como bullying e dificuldades de aprendizagem, ressaltando a importância de uma abordagem multidisciplinar no atendimento às demandas educacionais. Por outro lado, a Lei nº 14.819/2024 busca reduzir desigualdades regionais no financiamento da educação, promovendo uma distribuição equitativa de recursos e valorizando os profissionais da educação.

Portanto, a atuação dos assistentes sociais se revela fundamental na articulação entre as políticas públicas e as realidades das comunidades escolares. Visto que, desempenham um papel essencial na promoção da inclusão e na garantia do acesso à educação de qualidade, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e participativos.

Logo, as conclusões desta pesquisa ressaltam a evolução do Serviço Social na educação, destacando a necessidade de uma implementação eficaz das legislações que asseguram o direito à educação. Todavia, permanece em assegurar que essas políticas sejam não apenas proclamadas, mas efetivamente traduzidas em ações concretas dentro das escolas.

Ainda no campo das legislações, a análise das normativas atuais que envolvem a Lei 13.935/2019 revela um avanço significativo na inserção do Serviço Social na Educação, reforçando a importância dos assistentes sociais e psicólogos como profissionais essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes e a promoção da justiça social nas escolas. O reconhecimento formal dessas profissões, conforme discutido na *Nota Pública do CFESS*, é um passo crucial para garantir que as políticas educacionais estejam alinhadas com as necessidades sociais e emocionais dos alunos.

O documento *Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação* destaca o papel dos assistentes sociais como mediadores das desigualdades sociais dentro do ambiente escolar, permitindo uma abordagem mais inclusiva e cidadã no processo educativo. A defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, assim como a promoção de práticas emancipadoras, são pilares que devem guiar a atuação desses profissionais.

Ademais, a intersetorialidade, como enfatizado na cartilha *Psicologia e Serviço Social na Educação Básica*, é fundamental para o sucesso da implementação da Lei 13.935/2019. A colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, incluindo saúde e assistência social, não apenas enriquece as práticas educativas, mas também aborda as complexas questões que impactam o aprendizado e o desenvolvimento dos alunos.

No entanto, a implementação efetiva da lei enfrenta desafios significativos, como a escassez de recursos, a falta de infraestrutura adequada nas escolas e a necessidade de formação contínua para os profissionais. A superação dessas barreiras é essencial para garantir que o compromisso com uma educação inclusiva e acessível se concretize na prática.

Assim, a pesquisa realizada neste trabalho aponta para a necessidade urgente de uma sistematização histórica que documente a atuação do Serviço Social na Educação ao longo do tempo. O resgate dessa trajetória não apenas valoriza a profissão, mas também fornece

subsídios para a formação crítica dos futuros assistentes sociais, preparando-os para atuar de maneira fundamentada e comprometida com a transformação social.

Portanto, conclui-se que a atuação do Serviço Social na Educação, respaldada pela Lei 13.935/2019 e orientações do CFESS, emerge como uma estratégia fundamental para enfrentar as desigualdades educacionais no Brasil. É imperativo que os profissionais continuem a lutar por reconhecimento e valorização dentro do sistema educacional, assegurando que todos os estudantes tenham acesso a uma educação que respeite suas individualidades e potencialidades. A partir deste ponto, a elaboração deste estudo parte para a pesquisa histórica com os aspectos do Serviço Social nas décadas de 1940-1980. O estudo desta fase ganha importância pois permite compreender as transformações sociais, políticas e econômicas que influenciaram a atuação do Serviço Social, especialmente no campo da Educação em Pernambuco.

Assim, no processo de pesquisa, primeiro houve a construção do quadro nº 1 - Atuação do Serviço Social na Educação em Pernambuco entre as décadas de 1940-1980 por meio dos inventários do MESSPHE. Este quadro compila informações quanto ao tema, servindo como uma ferramenta visual que facilita a análise da evolução das práticas de Serviço Social ao longo das décadas.

A escolha dos inventários do MESSPHE como fonte primária se justifica pela riqueza e diversidade das informações que eles abrigam. Ao acessar esse material, é possível traçar um panorama detalhado sobre como as assistentes sociais se inseriram no ambiente educacional, quais foram os desafios enfrentados e quais abordagens foram adotadas para lidar com as demandas emergentes da sociedade.

Portanto, na construção do quadro, foi observado que as produções acadêmicas não se distribuíram de forma uniforme ao longo do tempo. Essa variação quantitativa reflete não apenas a dinâmica interna das instituições de ensino, mas também as influências externas, como o contexto político e social de cada período. Nos anos iniciais da década de 1940, a escassez de produções indica uma fase de consolidação e reconhecimento da profissão. Com o passar das décadas, especialmente na década de 1960, nota-se um aumento significativo no número de trabalhos produzidos, o que aponta para uma crescente valorização do Serviço Social como campo de atuação e um reconhecimento de sua importância no processo educativo.

Contudo, a análise do quadro também revela momentos de retrocesso, como na década de 1970, quando a repressão política e a censura limitavam a liberdade de expressão e a produção acadêmica. Essa realidade foi um reflexo do contexto da ditadura militar, que

impactou negativamente a atuação dos assistentes sociais, restringindo suas possibilidades de intervenção nas instituições educacionais.

No entanto, com o início dos anos 1980, observa-se uma nova roupagem nas discussões sobre o Serviço Social na Educação, evidenciando uma vontade coletiva de retomar as reflexões críticas e engajadas que caracterizavam a atuação da profissão nas décadas anteriores. Essa reabertura do espaço acadêmico e profissional é um indicativo de que o Serviço Social não apenas se adapta às circunstâncias, mas também busca ressignificar seu papel na sociedade, promovendo a justiça social e a inclusão.

Dessa forma, a construção do quadro nº 1 serve como um ponto de partida para a análise histórica da atuação do Serviço Social na Educação, permitindo refletir sobre as intersecções entre teoria e prática, e como essas experiências moldaram a formação dos assistentes sociais que atuam na contemporaneidade. A partir deste referencial, aprofundaremos a discussão sobre as nuances da atuação do Serviço Social em Pernambuco, destacando as contribuições e os desafios enfrentados ao longo desse período significativo da história brasileira.

Na pesquisa, também foi observado o que os Trabalho de Conclusão de Curso presentes no quadro abrangem diversos espaços ocupacionais na Educação. Assim, por meio de por meio da sistematização e análise dessas informações, foi possível observar que existem espaços ocupacionais que servem como base para a inserção de outros.

Para organizar melhor essas informações e segmentar os campos de trabalho ao longo dos anos, eles foram agrupados em segmentos, dentro dos quais é possível listar entidades e programas relevantes. Como o segmento das Instituições Educacionais, que teve como base o Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, atuante da década de 1950 até a década de 1970, e a secretaria de Educação de Pernambuco, que se tornou mais visível nos anos 1980.

Neste segmento, o Serviço Social se envolvia diretamente com questões educacionais, oferecendo suporte psicossocial a alunos e famílias, promovendo a inclusão escolar e desenvolvendo programas de assistência que visavam garantir a permanência e o sucesso escolar de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. As assistentes sociais atuavam na identificação de problemas sociais que afetavam o desempenho acadêmico dos alunos, realizando intervenções junto às famílias e à comunidade escolar.

O segundo segmento de destaque são as Organizações Religiosas e Paróquias. Conforme a análise do quadro, essas organizações atuaram nas décadas de 1950 a 1970. Nesse segmento, o Serviço Social se envolvia com a educação promovendo atividades educativas,

tanto formais quanto informais, voltadas para a formação moral e cívica dos indivíduos. As assistentes sociais atuam na orientação de crianças e jovens, desenvolvendo programas de alfabetização e integrando práticas religiosas com a promoção de valores educativos e sociais. O terceiro segmento a ser destacado nesses espaços ocupacionais são os Programas e Campanhas de Assistência, esses programas atuaram nas décadas de 1950 a 1980. Nele, o Serviço Social envolvia-se com o campo educacional, promovendo ações educativas voltadas para o bem-estar social e a prevenção de problemas no desenvolvimento infantil e juvenil.

O quarto segmento a ser mencionado é composto pelos Movimentos Comunitários e Culturais, que, conforme a análise do quadro, esses movimentos atuaram na década de 1960, destacando-se o Movimento de Cultura Popular (MCP). Neste segmento, o Serviço Social se aproximou do âmbito educacional promovendo a conscientização política e social por meio de ações educativas comunitárias, focando na formação de uma cidadania crítica, como cursos de alfabetização de adultos.

O quinto segmento a ser destacado são os Projetos Sociais, com a análise do quadro, esses projetos atuaram nas décadas de 1960 a 1980. Neste, os assistentes sociais participavam da elaboração e execução de atividades educacionais que incluíam a alfabetização de adultos e crianças.

Nesta pesquisa, houve o movimento de fazer um retrospecto dos Espaços Sócio-Ocupacionais do Serviço Social com ênfase na Educação em Pernambuco nas décadas de 1940-1980, também com base no quadro. Assim, na década de 1940, de acordo com os inventários do MEHSSPE, o Serviço Social em Pernambuco começou a se consolidar com a fundação da Escola de Serviço Social de Pernambuco (ESSPE), o que forneceu formação para assistentes sociais que até então se encontravam em instituições como o Juizado de Menores e a Escola Ulisses Pernambucano. Este período é marcado pelo foco na assistência a crianças e adolescentes das classes trabalhadoras, com práticas voltadas para atender as necessidades básicas e combater o desajustamento social. É válido frisar que essa instituição tornou-se um espaço significativo para o desenvolvimento das ideias de Paulo Freire, especialmente no campo da educação popular e da alfabetização de adultos.

Já nos anos 1950, observou-se uma diversificação dos espaços ocupacionais, com uma crescente atuação em áreas como saúde e habitação. Neste período, o Serviço Social Escolar começou a ser reconhecido como uma estratégia essencial para combater a evasão escolar, oferecendo suporte psicossocial tanto para alunos quanto para suas famílias. Aqui, A chegada

de Paulo Freire à ESSPE trouxe uma nova perspectiva ao Serviço Social, promovendo abordagens mais progressistas e voltadas para a educação popular.

Na década de 1960 houve a ampliação das oportunidades de atuação dos assistentes sociais, à medida que as necessidades das comunidades se tornaram mais complexas. Novas metodologias, como o Serviço Social de Grupo e a Organização Social de Comunidade, começaram a ser implementadas, promovendo a educação de adultos. Todavia, o golpe militar de 1964 gera um ambiente de repressão, resultando no afastamento de figuras proeminentes, como Freire, e limitando a prática de abordagens progressistas dentro do Serviço Social.

A análise e reflexão do tema, também aponta que na década de 1970, a relação do Serviço Social com os movimentos sociais se fortalece. Deste modo, os assistentes sociais passaram a colaborar com organizações comunitárias e instituições religiosas, promovendo a cidadania e a educação popular. Essa colaboração possibilitou a criação de metodologias que integravam diferentes métodos de intervenção, focando no desenvolvimento comunitário e na formação de lideranças locais. Apesar do afastamento de Freire, suas ideias continuaram a influenciar a prática educativa, tornando-se uma base importante para a formação dos assistentes sociais.

Assim, na década de 1980, o Serviço Social consolidou sua presença nas escolas, destacando-se como um agente fundamental para a inclusão e a promoção da educação em um contexto de desafios sociais e políticos. Essa trajetória do Serviço Social evidencia a adaptação às realidades sociais, e o seu papel na promoção da educação e do bem-estar social em Pernambuco.

Por fim, as análises realizadas evidenciaram um significativo interesse pelas Secretarias de Educação mencionadas no quadro, uma vez que estas instituições estão presentes na maioria das décadas analisadas e ocupam um papel importante na estrutura educacional. Uma vez que, as Secretarias de Educação foram fundamentais na promoção de políticas que visavam a inclusão e a melhoria da qualidade do ensino ao longo do tempo.

Para embasar esta discussão, esta pesquisa recorreu ao estudo de Oliva (1987), que fornece uma visão crítica sobre a relação entre as políticas públicas educacionais e os interesses do Estado. Além disso, foram considerados vários Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) presentes nos inventários, que exploram as práticas desenvolvidas por essas secretarias, suas interações com as comunidades e as consequências dessas ações no campo educacional.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. **Serviço social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

ALMEIDA, J. S. **A Reforma Universitária e seus Reflexos no Serviço Social: Perspectivas e Desafios**. Revista Brasileira de Serviço Social, v. 45, n. 2, p. 123-145, 2005.

ALMEIDA, N. **Educação pública e serviço social. Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 63, 2000.

AMARO, S. **Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

AMMANN, M. **O Serviço Social e a Modernização da Sociedade Brasileira**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

AMMANN, S. **O Serviço Social e as Políticas de Desenvolvimento no Nordeste Brasileiro: 1950-1970**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2003.

BEISIEGEL, C. **Educação e sociedade no Brasil após 1930**. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995. t. III, v. 4, p. 383-416.

BRANDÃO, C. **Pedagogia do Oprimido e outros escritos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 108**, de 26 de agosto de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 ago. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - Prouni. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as leis de diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.935**, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 157, n. 240, p. 1, 12 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.819**, de 16 de janeiro de 2024. Institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jan. 2024. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva&Itemid=30192. Acesso em: 3 out. 2024.

CFESS;CFP. **Cartilha Psicologia e Serviço Social na Educação Básica: Lei 13.935**. Brasília: CFP, CFESS, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/cartilha-psicologia-e-servico-social-na-educacao-basica-lei-13-935/>. Acesso em: 5 out. 2024.

CFESS;CFP. **Psicólogas(os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019 – versão 2021**. Brasília: CFESS, CFP, 2021.

CFESS. **Diálogos do Cotidiano – Assistente Social: Reflexões sobre o Trabalho Profissional. Caderno 4**. Brasília, DF: CFESS, 2023. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=CFESS.+Di%C3%A1logos+do+Cotidiano+%E2%80%93+Assistente+Social%3A+Reflex%C3%B5es+sobre+o+Trabalho+Profissional.+Caderno+4.+Bras%C3%ADlia%2C+DF%3A+CFESS%2C+2023.&client=tablet-android-samsung-ss&sourceid=chrome-mobile&ie=UTF-8>. Acesso em: 5 out. 2024.

CFESS. **Nota pública: Assistentes Sociais e Psicólogas(os) são trabalhadoras(es) da Educação**. CFESS, 28 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2063>. Acesso em: 5 out. 2024.

CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=CFESS.+Subs%C3%ADdios+para+a+Atua%C3%A7%C3%A3o+de+Assistentes+Sociais+na+Pol%C3%ADtica+de+Educa%C3%A7%C3%A3o.+Bras>

%C3%ADlia%3A+CFESS%2C+2013.&client=tablet-android-samsung-ss&sourceid=chrome-mobile&ie=UTF-8. Acesso em: 5 out. 2024

COSTA, A. **Contribuição ao estudo da assistência aos anormais educáveis**. 1949. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1949.

DENTZ, Marta von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 121, p. 199-218, 2015.

FALEIROS, V. **O trabalho do assistente social: uma abordagem crítica**. São Paulo: Cortez, 1987

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, A. **Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, 2002.

GHIRALDELLI, P. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2000.

GHIRALDELLI, P. **História da educação brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009

GOMES, N. **Movimento de Cultura Popular: um estudo histórico-político**. Recife: Editora UFPE, 2000.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

LEITÃO, V. et al. **O mito da participação nas instituições - reflexões sobre a prática do estágio em um ambiente escolar.** 1985. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

LIMA, A. **Impactos da Fundação Guararapes na Prática do Serviço Social.** 1995. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

LIMA, M. *et al.* **A requisição do Serviço Social na Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.** 1985. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

LYRA, M. **A prática do Serviço Social – aspectos de seu processo histórico.** Cadernos de Serviço Social. Recife: Mestrado em Serviço Social/UFPE, 1985, n° 13.

MARTINS, F. **A Educação no Regime Militar: Reformas e Repressão.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

MENDEZ, C. et al. **O estágio curricular na UFPE, uma questão de compromisso com o curso de Serviço social.** 1988. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1988.

NETTO, J. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 1991.

OLIVA, M. **Política de Estado e prática social.** São Paulo: Cortez, 1987.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, A. **Políticas Públicas e Serviço Social na Educação: Uma Abordagem Crítica.**

Curitiba: Juruá, 2018.

SILVEIRA, J. **Renovação do Serviço Social em Pernambuco na Ditadura: Inventário do Acervo.** Recife: Editora Universitária, 2024.

SILVEIRA, J. **Serviço Social em Pernambuco: Primeiras Décadas da Formação e Atuação Profissional.** Recife: Editora Universitária, 2020.

SOARES, L. **Paulo Freire e a Escola de Serviço Social de Pernambuco.** Recife: Editora Universitária, 2022.

VIEIRA, A. **Ensino do Serviço Social no Nordeste: entre a Igreja e o Estado.** 1992. 249 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

.

APÊNDICE - Quadro nº 1 - **Atuação do Serviço Social na Educação em Pernambuco entre as décadas de 1940-1980**

	ANO	AUTOR	TÍTULO	ESPAÇO OCUPACIONAL	MÉTODO
1.	1949	COSTA, Ana Luiza Pereira da	Contribuição ao estudo da assistência aos anormais educáveis	Escola Ulisses Pernambucano	Serviço Social de Caso
2.	1957	CAVALCANTI, Carmem de Souza	Relatório de uma tentativa de Serviço Social em escola de excepcionais deficientes mentais	Escola Ulisses Pernambucano	Serviço Social de Casos
3.	1957	DUARTE, Tereza Pontual	Uma tentativa de Organização Social da Comunidade na Paróquia do Senhor Bom Jesus do Arraial em Casa Amarela.	Departamento Nacional da Criança (DNCr) e Fundo Internacional de Socorro a Infância (FISI-UNESCO) - Campanha Educativa	Organização Social de Comunidade
4.	1957	DUARTE, Glória Maria Wanderley	Tentativa de educação de adultos junto a operários*	Juventude Operária Católica (J.O.C.)	Não identificado
5.	1957	MELO, Jônia Lemos Sales de	Serviço Social Escolar - um dos fatores de influência na solução dos problemas da deserção na escola primária	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura - Escolas Reunidas "Mota e Albuquerque" em Casa Amarela.	Não se aplica nenhum processo do Serviço Social
6.	1958	FONSECA, Wanda Gomes da	O despertar de Cavaleiro para a ação comunitária	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura - Escola de Especialização Rural "Murilo Braga"	Desenvolvimento de Comunidade
7.	1960	MELLO, Maria de Fátima Assumpção e	Aplicação de técnicas de Serviço Social de Grupo e de Educação de Adultos no desenvolvimento de um clube de mães	Campanha Educativa do Plano DNCR-FISI - Posto de Puericultura Tôres Galvão - Clube de Mães de Beberibe	Serviço Social de Grupo
8.	1960	BRANCO, Maria do Carmo Odelle Castelo	Conselho de intergrupos sua formação e funcionamento	Ministério de Educação e Cultura - Inspeção Seccional de Fortaleza	Serviço Social de Grupo

9.	1960	DOURADO, Miriam Souto	Valor do Serviço Social Escolar em entidade pública	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura - Grupo Escolar "Frei Caneca"	Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade
10.	1961	PINHEIRO, Anita da Silva	Uma comunidade face ao problema do analfabetismo	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura - Grupo Escolar Rural "Heróis da Restauração"	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura - Grupo Escolar Rural "Heróis da Restauração"
11.	1963	AMORIM, Maria Elza Costa	A creche da Legião de Assistência e o Serviço Social	Legião Brasileira da Assistência -Creche "Antoniêta Magalhães"	Serviço Social de Casos e Serviço Social de Grupo
12.	1963	ARY, Zaira	Uma experiência de Educação Popular: Centro de Cultura D. Olegarina**	Movimento de Cultura Popular (MPC) - Centro de Cultura D. Olegarina do Projeto de Educação de Adultos	Organização Social de Comunidade
13.	1963	DANTAS, Célia Costa	Uma experiência de estudo da comunidade nos Coelhos	Movimento de Educação de Bases (MEB) - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	Organização Social de Comunidade
14.	1964	SILVA, Luzia Maria Duarte	Círculo de pais e mestres instrumento básico nas relações escola-família	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura	Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento e Organização de Comunidade
15.	1964	CAMPOS, Maria Bernadete Tavares	Atuação do Serviço Social no trabalho de conscientização do povo no bairro de Nova Descoberta	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura - Grupo Escolar "Clotilde de Oliveira"	Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento de Comunidade
16.	1964	SANTOS, Maria Goggin	A escola, os grupos e sua integração na comunidade	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura - Grupo Escolar Ageu Magalhães	Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade
17.	1964	QUÉRETTE, Maria Luiza Trigo	Experiência de Desenvolvimento e Organização Social de Comunidade paroquial – Paróquia do Bom Jesus do Arraial – Casa Amarela**	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura - Grupo Escolar Mathias de Albuquerque	Desenvolvimento e Organização de Comunidade

18.	1965	ROCHA, Maria do Carmo Falcão da	Desenvolvimento e Organização de Comunidade	Centro de Treinamento da Escola de Serviço Social de Pernambuco	Desenvolvimento e Organização de Comunidade
19.	1965	CARMO, Elisabeth Maria do; SOUZA, Eunice Pereira	Departamentalização do ensino na Escola de Serviço Social de Pernambuco - Primeiras iniciativas	Escola de Serviço Social de Pernambuco	Não se aplica nenhum processo do Serviço Social
20.	1965	NAVARRO, Maria da Salette Pinto	O Serviço Social no Instituto de Treinamento e Aprendizado de Menores	Instituto de Treinamento e Aprendizagem de Menores (ITAM)	Serviço Social de Casos
21.	1965	LINS, Maria das Neves Cavalcanti	O Profissional de Serviço Social em educação de base	Movimento de Educação de Bases (MEB) - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	Desenvolvimento de Comunidade
22.	1965	CARVALHO, Teresa Maria Matos	Atuação da escola na Ilha do Xié	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura	Desenvolvimento de Comunidade
23.	1965	CARNEIRO, Maria Antonieta de Farias; FEITOSA, Margarete Mesquita	Comunidade do Campo do Vila	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar e Paróquia do Espinheiro	Desenvolvimento e Organização de Comunidade
24.	1966	COSTA, Marileide de Carvalho; OLIVEIRA, Rosalinda de Santa Cruz; MENDONÇA, Teresa Cristina Sobral de	Vila São Bento: auto-construção de ajuda mútua	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura - Grupo Escolar Themistócles de Andrade	Serviço Social de Grupo e Desenvolvimento e Organização de Comunidade
25.	1966	MACHADO, Vitória Maria Laranjeira; TELES, Glória Jaciara de Moraes	Capacitação de lideranças para o desenvolvimento urbano e social	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura e outras	Organização Social de Comunidade
26.	1967	ALMEIDA, Izete Holanda de; OLIVEIRA, Maria do Carmo Cavalcanti de; COELHO, Maria Cecília de Azevedo; LIRA,	Experiência de um trabalho comunitário em Ponte dos Carvalhos	Operação Esperança e outras	Organização e Desenvolvimento de Comunidade

		Nivaldo Ribeiro de; RODRIGUES, Raymilda Alves			
27.	1967	SÁ, Maria de Lourdes Gomes de	Experiência de um grupo de produção	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura	Serviço Social de Grupo
28.	1967	FERREIRA, Vólia Maria Vanderlei	O representante de rua na comunidade do Campo do Vila	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura	Desenvolvimento de Comunidade
29.	1969	ANDRADE, Ana Maria Queiroz Guerra de; SERPA, Maria Consuelo de Oliveira	Atuação com grupos de moradores no Alto José Bonifácio	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura - Grupo Escolar Caio Pereirae	Organização Social de Comunidade
30.	1970	LEAL, Maria Aparecida Costa; ROCHA, Josefa Severina da; ALMEIDA, Alzira Catarina de	Experiência de Serviço Social escolar na Comunidade do Alto José Bonifácio	Serviço Social Escolar do Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura	Serviço Social de Grupo e Organização Comunidade
31.	1973	SCHULER, Cassia de Castro; SILVA, Ivanilda Dulce da; CARMO, Vera Lúcia Maria do	Experiência junto ao menor-escolar em área sub-normal	Projeto Rondon no Grupo Escolar do Centro Social Dom João Costa, ligado a Congregação de Religiosas da Instrução Cristã	Serviço Social de Casos e de Grupo
32.	1975	FERRAZ, Maria de Fátima; ALFERES, Maria de Lourdes Machado	Caracterização das famílias dos pré- escolares atendidos pela "Fundação Legião Brasileira de Assistência"	Programa de Atendimento ao Pré-escolar da Legião Brasileira de Assistência (LBA)	Serviço Social de Grupo.
33.	1982	GOMES, Maria do Carmo Montenegro; AMARAL, Mônica Maria Santana.	O escolar carente e o conhecimento da realidade	Projeto ELO-2 - Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA)	Serviço Social de Grupo.
34.	1983	MELO, Adalgisa Tavares de Andrade;	Creche - Direito ou Benefício?	Creche Nossa Senhora dos Remédios	Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade

		ARAÚJO, Rejane Cruz; ARAÚJO, Rosa Virgínia Correia de Araújo.			
35.	1985	LEITÃO, Verônica Irene de Sá; SOUZA, Vera Lúcia de; MARTINS, Rizonete Bezerra; LIMA, Maria do Carmo de Andrade.	O mito da participação nas instituições: reflexões sobre a prática do estágio em um estabelecimento escolar	Projeto Arco-Íris no Centro Pré-escolar Bernard Van Leer - Secretaria de Educação de Pernambuco	Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade
36.	1985	LIMA, Maria Ubiracira de; SILVA, Sandra Mônica da; SILVA, Vera Lúcia Batista da.	A requisição do Serviço Social na Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco	Secretaria de Educação de Pernambuco	Serviço Social de Caso
37.	1985	SOUGEY, Maria da Conceição Rodrigues.	Em busca do senso crítico	Projeto Arco-Íris - Centro Pré-escolar Bernard Van Leer - Secretaria de Educação de Pernambuco	Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade
38.	1986	ALBANO, Maria do Carmo Alves Costa; BRITO, Sara Maria Rangel.	Requisições da Secretaria de Educação de Pernambuco e a prática de estagiárias de Serviço Social	Secretária da Educação de Pernambuco	Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade
39.	1986	ARAÚJO, Janete Arruda; CUNHA, Maria Magnólia Leal da.	Educação escolar conformista ou libertária?	Educandário Magalhães Bastos - Santa Casa de Misericórdia do Recife - Fundação Guararapes	Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade
40.	1986	BARBOSA, Maria Betânia; PONTES, Maria de Fátima Rego; FRANÇA, Vilma Maria de Barros.	O assistencialismo no contexto escolar e a prática do Serviço Social	Escola Rotary e Mini Escola Cristo Libertador - Secretária da Educação de Pernambuco - Igreja Católica Nossa Senhora dos Remédios	Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade
41.	1986	CARLOS, Mônica Maria	Participação: Consciente ou dirigida? Projeto	Projeto Arco-Íris - Subprojeto Educação Comunitária e	Serviço Social de Grupo

		de Souza; CABRAL, Rogéria Luiza dos Santos.	Arco-Íris da Secretaria de Educação do estado de Pernambuco	Educação de Adultos - Secretaria de Educação de Pernambuco	
42.	1986	FERRAZ, Elza Maria de Souza; ALVES, Maria de Jesus de Luna; LEÃO, Miriam Pereira de Souza; ARAÚJO, Mônica Sueli Pessoa.	Participação: ritual ou compromisso?	Sub-projeto Educação Comunitária e Educação de Adultos do Projeto Arco-Íris - Secretaria de Educação de Pernambuco	Serviço Social de Grupo
43.	1986	PADILHA, Maria Cristina; ARAÚJO, Maria do Socorro Santos de; MENDONÇA, Rosângela Aparecida Rocha Rodrigues.	A gente tem a teoria, mas é na prática que desvendamos os mistérios	Educandário Magalhães Bastos	Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade
44.	1987	CORREA, Doeres Poroca; AMORIM, Suzilene Alves de.	Uma experiência em Serviço Social Escolar	Educandário Magalhães Basto	Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade
45.	1987	MEDEIROS, Maria José de Araújo.	A prática do grupo de alunos do curso de educação integrada na Escola Dr. Samuel Gonçalves do bairro do Prado, Recife-PE	Escola Reunida Dr. Samuel Gonçalves	Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade
46.	1987	SOUZA, Claudia Maria Alves de; TEIXEIRA, Raete de Brito; MOURA, Rejane Maria Pereira de.	Microempresa Coletiva: forma de adaptação ou mudança social? (Reflexão e avaliação de um momento da prática de Serviço Social no Grupo de Mulheres dos Coelho)	Núcleo de Recreação dos Coelho - Projeto Arco-íris - Secretaria de Educação de Pernambuco	Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade
47.	1987	VIEIRA, Zodja Sarmiento; FELIZARDO, Geruza de Moura.	Uma prática de estágio com grupos	Escolas Maestro Nelson Ferreira e Centro de Demonstração de Paulista - Projeto Arco-Íris - Secretaria	Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade

				de Educaã	
48.	1988	BRENNAND, Adélia Maria Alves; SILVA, Ioni Maria José; SÁ, Maria da Conceição P.	Descrição e análise da prática de estágio, a nível do pré-escolar, Projeto Arco-Íris, na Escola Maestro Nelson Ferreira, em Engenho Maranguape	Escola Maestro Nelson Ferreira - Projeto Arco-Íris - Secretaria de Educação de Pernambuco	Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade
49.	1988	SILVA, Nilma Nicácio da; SYBALDE, Viviane Assunção; MELLO, Viviane Oliveir	A prática de estágio num Programa do Pré-Escolar em área de periferia	Escola da Rotary - Projeto Arco-íris - Secretaria de Educação de Pernambuco	Serviço Social de Grupo
50.	199	CAMPOS, Cláudia Yoná Rodrigues e; MARQUES, Lucenilda Maria da Silva; AZEVEDO, Márcia Cristina de; SILVA, Maria José Gomes da; SOUZA, Simone Lopes Carneiro de.	Há uma contribuição do Serviço Social à prática de educação de adultos?	Comissão Municipal de Educação Básica para Jovens e Adultos - Prefeitura da Cidade do Recife e Fundação Guararapes	Serviço Social de Grupo

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados encontrados em MEHSSPE (2024, 2019).

